

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
CAMPUS APARECIDA DE GOIÂNIA
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA BILÍNGUE: LIBRAS/PORTUGUÊS

THAIZE ARAUJO DE CARVALHO

EDUCAÇÃO E GÊNERO: ANÁLISE DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS
CURSOS DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA DO INSTITUTO FEDERAL DE
GOIÁS, CAMPUS GOIÂNIA OESTE E APARECIDA DE GOIÂNIA

APARECIDA DE GOIÂNIA

2020

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO
NO REPOSITÓRIO DIGITAL DO IFG - ReDi IFG**

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Digital (ReDi IFG), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IFG.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- | | |
|--|---|
| ☐ Tese | ☐ Artigo Científico |
| ☐ Dissertação | ☐ Capítulo de Livro |
| ☐ Monografia – Especialização | ☐ Livro |
| ☒ TCC - Graduação | ☐ Trabalho Apresentado em Evento |
| ☐ Produto Técnico e Educacional - Tipo: _____ | |

Nome Completo do Autor: Thaize Araujo de Carvalho

Matrícula: 20162090080012

Título do Trabalho: Educação e Gênero: Análise dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal de Goiás, Campus Goiânia Oeste e Aparecida de Goiânia

Autorização - Marque uma das opções

1. (X) Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso aberto);
2. () Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG somente após a data ____/____/____ (Embargo);
3. () Não autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso restrito).

Ao indicar a opção **2 ou 3**, marque a justificativa:

- () O documento está sujeito a registro de patente.
() O documento pode vir a ser publicado como livro, capítulo de livro ou artigo.
() Outra justificativa: _____

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

- i. o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- ii. obteve autorização de quaisquer materiais incluídos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- iii. cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Aparecida de Goiânia, 06/11/2020.

Local

Data

Thaize Araujo de Carvalho

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

THAIZE ARAUJO DE CARVALHO

EDUCAÇÃO E GÊNERO: ANÁLISE DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS
CURSOS DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA DO INSTITUTO FEDERAL DE
GOIÁS, CAMPUS GOIÂNIA OESTE E APARECIDA DE GOIÂNIA

Trabalho de Conclusão de Curso, no formato de monografia, apresentado ao curso de Licenciatura em Pedagogia Bilíngue: Libras/Português, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - Campus Aparecida de Goiânia/IFG, como requisito parcial à obtenção do título de Graduada em Pedagogia Bilíngue: Libras/Português.

Orientador(a): Profa. Dra. Keith Daiani da Silva Braga

APARECIDA DE GOIÂNIA

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C331 Carvalho, Thaize Araujo de.

Educação e Gênero: Análise dos projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura em pedagogia do Instituto Federal de Goiás, Campus Goiânia Oeste e Aparecida de Goiânia./ Thaize Araujo de Carvalho. - Aparecida de Goiânia, 2020.
70 f.

Orientadora: Dra. Keith Daiani da Silva Braga.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás: Campus Aparecida de Goiânia, Licenciatura em Pedagogia Bilíngue, 2020.

1. Educação. 2. Gênero. 3. Currículo. 4. Pedagogia. 5. Feminismo. I. Título.

CDD 305.409

Catalogação na publicação:
Suzane Gonçalves Duarte Peixoto – CRB 1/2746



INSTITUTO FEDERAL
Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
CÂMPUS APARECIDA DE GOIÂNIA

TERMO DE APROVAÇÃO

THAIZE ARAUJO DE CARVALHO

EDUCAÇÃO E GÊNERO: ANÁLISE DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA DO INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS, CAMPUS GOIÂNIA OESTE E APARECIDA DE GOIÂNIA

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – Campus Aparecida de Goiânia como requisito parcial para a obtenção do título de licenciada em Pedagogia Bilingue e desenvolvido na linha de pesquisa Educação, Cultura e Sociedade sob orientação da Profa. Dra. Keith Daiani da Silva Braga.

Aprovado em 06 de 11 de 2020.

BANCA EXAMINADORA:

(assinado eletronicamente)

Profa. Dra. Keith Daiani da Silva Braga (Presidenta - orientadora)

(assinado eletronicamente)

Profa. Dra. Josiane dos Santos Lima (Membro Interno)

(assinado eletronicamente)

Prof.Dr. Wellington Cardoso de Oliveira (Membro Externo)

Documento assinado eletronicamente por:

- Josiane dos Santos Lima, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 09/11/2020 19:55:18.
- Wellington Cardoso de Oliveira, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 09/11/2020 16:43:41.
- Keith Daiani da Silva Braga, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 09/11/2020 11:49:22.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 06/11/2020. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifg.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 101904

Código de Autenticação: 5cad4b90fd



Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Avenida Universitária Vereador Vagner da Silva Ferreira, Qd. 1, Lt. 1-A, Parque Itatiaia, APARECIDA DE GOIÂNIA / GO, CEP
74968-755 (62) 3507-5958 (ramal: 5985)

*Dedico esta monografia à Deus e à minha
família. Sem eles, nada seria possível.*

AGRADECIMENTOS

Em especial à professora Profa. Dra. Keith Daiani da Silva Braga, minha orientadora, que possibilitou a realização deste trabalho com suas sugestões e orientações, contribuiu de maneira impecável. Foi essencial fonte de conhecimento e total motivação.

A Profa. Dra. Aleir Ferraz Tenório e a Profa. Dra. Josiane dos Santos Lima, por terem contribuído muito em minha formação acadêmica, por elas estimo minha total admiração.

Também, à todas (os) as (os) professoras (es) que me influenciaram em toda minha trajetória.

RESUMO

Esta monografia objetiva analisar, por meio dos estudos feministas e de gênero, dois projetos pedagógicos dos cursos de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal de Goiás, Câmpus Goiânia Oeste e Aparecida de Goiânia. Justificamos nossa pesquisa, pensando na formação dos e das pedagogas que podem combater, por meio da educação, desde a infância, as desigualdades de gênero na escola e dentro da sua própria área. De modo específico, buscamos analisar a presença feminina como autoras no currículo dos cursos, a presença do tema gênero, e por último, a linguagem de gênero empregada nos documentos, se ela se apresenta de forma inclusiva ou não. Metodologicamente, desenvolvemos pesquisa documental qualitativa, com uso de alguns dados quantitativos. A partir dos projetos de curso foram levantados dados quantitativos: levantamento de termos/palavras, autoras e autores das disciplinas distribuídos por gênero nos documentos, e também construídas reflexões qualitativas, já que realizamos uma análise mais reflexiva sobre os dados, além de discutirmos o gênero de modo qualitativo. As análises foram feitas pelo referencial teórico feminista e dos estudos de gênero na educação. Como resultados conseguimos perceber que: a) nos dois projetos pedagógicos de curso a linguagem é androcêntrica, ou seja, voltada majoritariamente para o masculino como universal; b) a presença das mulheres como autoras nas leituras das disciplinas que compõem os cursos é forte, revelando a inserção considerável delas no campo científico da Educação; e c) a discussão de gênero aparece timidamente e sem lugar de aprofundamento no projeto pedagógico de curso do campus de Goiânia Oeste, já em Aparecida de Goiânia ela tem lugar próprio e aprofundado em uma disciplina, mas que por ser optativa não alcança todos e todas as estudantes do curso. Este último resultado é preocupante, pois as questões de gênero estão intimamente ligadas à Pedagogia, elas marcaram e estão presentes nas práticas educativas e na própria história do curso.

Palavras-chave: Educação. Gênero. Currículo. Pedagogia. Feminismo.

ABSTRACT

This monograph aims to analyze, based on feminist and gender studies, two projects of the Pedagogy Degree courses at the Federal Institute of Goiás, campus Goiânia Oeste and Aparecida de Goiânia. The research is justified by the importance of training educators who can combat, through education, since childhood, gender inequalities at school and gender inequalities within their own area. Specifically, we seek to analyze the presence of women as authors in the curriculum of pedagogy courses, the presence of the theme "gender", and finally, the language used in the documents, whether it is presented in an inclusive way or not. Methodologically, we developed qualitative documentary research, using some quantitative data. From the course projects, quantitative data were collected: survey of terms/words, authors and authors of the disciplines distributed by gender in the documents, and also built qualitative reflections, since we performed a more reflective analysis on the data, in addition to discussing gender qualitatively. The analyzes were carried out using the feminist theoretical framework and gender studies in education. The results show that: a) in the two pedagogical projects of the course, language is androcentric, that is, mainly focused on the masculine as universal; b) the presence of women as authors in the readings of the disciplines that make up the courses is strong, revealing their considerable insertion in the scientific field of Education; and c) the discussion of gender appears timidly in the pedagogical project of a course on the campus of Goiânia Oeste, while in Aparecida de Goiânia it has its own and deepened place in a discipline, however, optional, so it does not reach all and all students of the course. This last result is worrying because gender issues are linked to Pedagogy, they marked and are present in educational practices and in the course's own history.

Keywords: Education. Gender. Curriculum. Pedagogy. Feminism.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Ocorrência das palavras "professor" "professora" nos PPC's	36
Gráfico 2: Ocorrência das palavras "professores" "professoras" nos PPC's.....	36
Gráfico 3: Ocorrência das palavras "docente" e "docentes" nos PPC's.....	37
Gráfico 4: Ocorrência das palavras "educador" "educadora" nos PPC's.	38
Gráfico 5: Ocorrência das palavras "pedagogo" "pedagoga" nos PPC's.	38
Gráfico 6: Ocorrência das palavras "aluno" "aluna" "alunos" "alunas" no PPC- Goiânia Oeste.....	41
Gráfico 7: Ocorrência das palavras "educando" "educanda" "educandos" "educandas" nos PPC's.....	41
Gráfico 8: Ocorrência da palavra "estudante" nos PPC's	42
Gráfico 9: Ocorrência da palavra "discente" nos PPC's.....	42
Gráfico 10: Ocorrência das palavras "surdo" "surda" no PPC- Aparecida de Goiânia	44
Gráfico 11: Resultados obtidos PPC- Goiânia Oeste	54
Gráfico 12: Resultados obtidos PPC – Aparecida de Goiânia	63

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Palavras chaves para rastreio da linguagem nos PPC's.	33
--	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Representação de sumário do PPC da pedagogia bilíngue: Libras/Português, campus Aparecida de Goiânia	30
Figura 2: Representação de sumário do PPC da pedagogia, campus Goiânia Oeste	32

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Comparativo da quantidade de autoras e autores presentes na matriz curricular do curso de Pedagogia.....51

Tabela 2: Comparativo da quantidade de autoras e autores presentes na matriz curricular do curso de Pedagogia Bilíngue: Libras/ Português58

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CNE/CP – Conselho Nacional de Educação/ Conselho Pleno

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

FBPF – Federação Brasileira pelo Progresso Feminino

IFG – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

OMS – Organização Mundial da Saúde

P.E.E.I – Práticas de Ensino e Estudos Integradores

PNE – Plano Nacional de Educação

PPC – Projeto Pedagógico de Curso

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 - O CONCEITO DE GÊNERO E O FEMINISMO COMO PERSPECTIVA TEÓRICA	21
CAPÍTULO 2 - ANÁLISE FEMINISTA DA LINGUAGEM DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSO (PPC)	29
CAPÍTULO 3 - A PRESENÇA DAS MULHERES COMO AUTORAS E O TEMA DE GÊNERO NAS DISCIPLINAS DOS CURSOS DE PEDAGOGIA	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
REFERÊNCIAS	70

INTRODUÇÃO

Esta monografia tem por objetivo analisar dois projetos pedagógicos de curso (PPC) do Instituto Federal de Goiás (IFG): a) de Licenciatura em Pedagogia ofertado pelo campus Goiânia Oeste e b) Licenciatura em Pedagogia Bilíngue: Libras/Português campus Aparecida de Goiânia -Go na perspectiva feminista. Ou seja, à luz das leituras de autoras e autores do campo de estudos de gênero na educação.

Nesse sentido, analisamos os documentos de PPCs dos cursos citados acima, com ênfase em identificar o uso da linguagem inclusiva, classificar a presença de autoras femininas e analisar a presença ou ausência do tema de gênero, feminização do magistério, entre outros assuntos de mesma natureza nas disciplinas que tradicionalmente têm sido alocados nos Projetos Pedagógicos dos Cursos referidos. Meu interesse no tema¹, surgiu de início, quando pensei sobre a violência contra as mulheres, tendo em vista tantos casos de feminicídios ocorrendo em todo o mundo. Segundo dados oficiais da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL ao menos 2.795 mulheres foram assassinadas em 2017 por motivos de gênero em 23 países da América Latina e do Caribe (NAÇÕES UNIDAS, 2018).

No Brasil, segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) a taxa de feminicídios é a quinta maior do mundo, de 4,8 para 100 mil mulheres (NAÇÕES UNIDAS, 2016).

O Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil aponta que, da década 1980 até 2013, 106.093 pessoas morreram justamente por serem mulheres (WAISELFISZ, 2015).

Já no Dossiê Feminicídio, temos os dados que no ano de 2010 se registravam 5 espancamentos a cada 2 minutos, em 2013 já se observava 1 feminicídio a cada 90 minutos. No ano de 2015, o serviço de denúncia “Ligue 180” registrou 179 relatos de agressão as mulheres diariamente (ARTIGO 19, 2018).

Os inúmeros casos de feminicídios mostram que a violência contra a mulher é uma grande preocupação. Não são apenas casos isolados, já que eles aumentam cada dia mais, em todos os lugares e a maior parte vem ocorrendo dentro do próprio lar da vítima.

¹ A frase escrita na primeira pessoa do singular, refere-se sobre a minha experiência particular a respeito da escolha do tema deste trabalho

As mulheres estão morrendo, e os dados mostram que não são mulheres matando mulheres, são homens assassinando mulheres, e nem sempre elas estão sendo mortas por desconhecidos. Na maioria dos casos são companheiros, maridos, colegas de trabalho, homens do convívio social e pessoal da mulher.

O que poderia então explicar tamanha violência? Ouvimos da sociedade, de homens e até das próprias mulheres, explicações como “Ele era muito ciumento”, “Ele não aceitava o fim do relacionamento” “Ela havia traído ele” ou “Uma mulher sozinha a essa hora na rua, estava procurando algo”, “Mas, olha como ela estava vestida”, “Ela merecia”, dentre outros pensamentos machistas e estereotipados em que a sociedade vem acreditando e compartilhando.

Tais comportamentos e pensamentos vêm sendo utilizados e consequentemente naturalizados pela sociedade na tentativa de justificar tal violência. Mas, será que esses “motivos” realmente explicam ou justificam tamanha violência? Ou será que as mulheres estão morrendo cada vez mais pelo simples fato de serem mulheres? Não são homens morrendo principalmente dentro de casa todos os dias, com a mesma frequência e nem com essas “justificativas”. São mulheres!

E são motivos em que, na maioria das vezes a mulher é culpabilizada de alguma forma. A mulher não está segura dentro de casa, não está segura fora dela e não há outra forma de ver esse resultado a não ser enxergar essa violência como um fruto de uma construção cultural machista, reproduzida ao longo da história em que o homem vem estabelecendo sua relação de poder e “superioridade” sobre a mulher. Essa construção vem sendo reforçada, de forma velada, em muitos espaços, inclusive o escolar.

Assim, o que poderíamos refletir de fato, não só sobre a violência contra as mulheres, mas todo o resultado de comportamentos e dizeres machistas reproduzidos até mesmo entre as mulheres, é a construção cultural de que as mulheres seriam inferiores, e essa visão absurda é tomada como uma verdade, é a história da desigualdade do gênero.

Compreendendo o gênero saberemos analisar e entender o resultado do comportamento humano e os seus reflexos na sociedade ao longo dos tempos. O gênero é construído histórico e culturalmente e, é por meio das relações entre homens e mulheres, que se classifica o universo “masculino” e “feminino”. É a partir dos estudos sobre o gênero, que ganhamos uma forma de perceber as diferenças

construídas nesses universos feminino/masculino que são articuladas dentro de um sistema de poder (LINS, MACHADO, ESCOURA, 2016).

Muitas justificativas são usadas para entender esse fenômeno, embora seja uma questão de machismo e discriminação. Em muitos países as mulheres são inferiorizadas com a justificativa religiosa, com explicações “sobrenaturais” a respeito de seus corpos, mas quando pesquisamos e analisamos a fundo a História percebemos que é simplesmente o resultado de construções sociais que foram se perpetuando até ser uma “verdade” na sociedade.

A teoria feminista que tem explicado o conceito de gênero e realizado os estudos de gênero, em diversas áreas do conhecimento, vai revelar que nem tudo o que foi construído socialmente é uma verdade científica, que muitas afirmações sobre as mulheres e as exclusões sofridas foram criadas no seio da sociedade, da cultura, e não estão aí dadas pela biologia ou por algo sobrenatural.

Foi por causa das questões acima, do que explicaria a violência contra as mulheres na sociedade atual e todo o tipo de discriminação sofrida por elas, e todas as formas de desigualdade que vemos entre os homens e as mulheres, que me fez abraçar o tema gênero, como mulher e como estudante do curso de Pedagogia Bilíngue, pensando na perspectiva da educação, na defesa de que a educação desempenha um papel importante não só para a construção do saber, mas bem como para a formação da subjetividade das pessoas, que só abrindo novos horizontes do conhecimento podemos mudar e rejeitar todo o tipo de “pré-conceito”.

O acesso aos conhecimentos produzidos pelas estudiosas feministas, no campo da Educação pode desconstruir vários mitos, crenças, justificativas que reforçam a inferiorização, invisibilidade e contribuem, mesmo indiretamente com a violência contra as mulheres. No trabalho de conclusão de curso, é uma oportunidade de pensar a Pedagogia por um ponto de vista feminista.

O tema gênero deveria contemplar o currículo não só dos cursos de formação superior, mas também das escolas regulares, de forma relevante, valorizada para uma formação menos machista, sexista, homofóbica e racista, pois o gênero atravessa todos esses problemas sociais que afetam as relações, também entre professoras, professores, alunas e alunos no ambiente da escola.

Foi nessa perspectiva que surgiu a ideia de analisar os PPC's dos cursos de Pedagogia, Pedagogia Bilíngue, por se tratar de uma formação oferecida a futuras e futuros profissionais da educação que poderão reforçar as desigualdades de gênero

ou serem possíveis agentes de transformação dessa realidade construída historicamente, que de todo modo só é possível mudar, também, por meio da educação.

O estudo escolhido se mostrou viável porque se trata de um estudo documental com enfoque qualitativo e também com uso de dados quantitativos, na qual temos acesso aos dados necessários e documentos de PPCS que são documentos públicos das instituições em que os cursos estão. O estudo também contou, como qualquer pesquisa, com levantamento bibliográfico por meio de livros, artigos, periódicos que também estão disponíveis em sites online para refletir sobre o tema. Portanto, não gerou custos financeiros, sendo possível realiza-lo dentro do prazo de um TCC.

Conforme dito, realizamos uma pesquisa qualitativa, do tipo documental (GIL, 2008), na qual conseguimos analisar documentos oficiais, como os PPCs, que nos permitiram produzir reflexões e discussões acadêmicas a partir deles. Além disso, fizemos levantamentos de dados quantitativos sobre o gênero da linguagem e de autoras mulheres nas disciplinas dos PPCs aqui já mencionados, dessa forma, entramos em contato também com algumas reflexões sobre a pesquisa quantitativa (GIL, 2008), em que expomos ao longo do trabalho, gráficos e tabelas para apresentar os resultados da pesquisa.

Uma pesquisa qualitativa é uma abordagem da pesquisa científica que busca analisar, compreender e explicar os estudos que envolvem aspectos das relações sociais, não se preocupando tanto com a quantificação dos dados, mas preocupando-se com a importância e a produção de novas informações, buscando resultados possíveis. O pesquisador ou pesquisadora qualitativa trabalha com a subjetividade das relações, com as aspirações, crenças, valores, visões, levando em consideração todo o contexto pesquisado (MINAYO, 2001).

Já a pesquisa quantitativa trabalha com resultados de pesquisa que podem ser quantificados, podendo basear-se por meio dos dados, na individualidade para compreender a totalidade, recorrendo-se da linguagem numérica para descrever as causas de um fenômeno: “A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente” (FONSECA, 2002, p. 20).

A metodologia de pesquisa seguida no nosso estudo é a documental com o acréscimo da bibliográfica. Quando falamos de pesquisa bibliográfica, segundo Gil (2008) sabemos que ela está presente em todos os trabalhos científicos, pois visa

apresentar um panorama geral do tema estudado. Para aprofundamento, buscamos então: artigos científicos, textos de eventos, capítulos de livro e livros que abordam o tema de gênero na educação, bem como o tema de gênero no currículo, pesquisamos também ideias e conceitos que nos auxiliaram no trabalho como um todo, tais como dados de violência, desigualdades, entre outros que mostram a importância e necessidade da pesquisa.

Como dito acima, o trabalho também é documental. A pesquisa documental é aquela que recorre a fontes primárias como documentos, elas podem ser: oficiais, relatórios, jornais, revistas, filmes entre outras. Ela exige do pesquisador ou pesquisadora que analise os documentos sem deixar de lado o contexto em que estão (FONSECA, 2002). Além disso, a análise documental permitir conhecer e refletir sobre uma realidade (o gênero na formação de pedagogas e pedagogos) sem tanta interferência da presença da pesquisadora ou pesquisador (GIL, 2008).

A monografia está dividida da seguinte maneira: no primeiro capítulo, apresentamos como perspectiva teórica, o conceito de gênero e o seu contexto no feminismo, na teoria feminista. No segundo capítulo, ao longo do trabalho, apresentamos numa perspectiva de gênero os dados quantitativos e a análise qualitativa da linguagem presente nos documentos, respondemos se a linguagem é dos projetos de curso é inclusiva ou não. No terceiro e último capítulo, apresentamos a presença das mulheres como autoras que compõem as ementas dos projetos pedagógicos de curso- Pedagogia e Pedagogia Bilíngue- filtrando também, se há uma abordagem do tema de gênero nas disciplinas dos cursos citados.

O trabalho de conclusão de curso se encerra nas considerações finais em que retomamos os objetivos alcançados, concluímos a importância e a relevância do tema e as contribuições de ter realizado este trabalho, do impacto dessa construção na minha formação como pedagoga e, por fim, são apresentadas as referências bibliográficas.

CAPÍTULO 1 - O CONCEITO DE GÊNERO E O FEMINISMO COMO PERSPECTIVA TEÓRICA

Podemos dizer que é a partir dos estudos feministas que surge um campo de pesquisas e reflexões sobre as desigualdades de gênero em diversas áreas (LOURO, 1997). O gênero não é um tema de uma única área do conhecimento, pode ser estudado na História, Psicologia, Antropologia, Medicina, Filosofia, Literatura, Educação Física, Dança e também na Pedagogia.

O gênero surge para revelar que os papéis, comportamentos, identidades feminino/masculino são construções sociais e não uma definição unicamente biológica. Esse termo surge também para diferenciar o sexo das características sociais que são atribuídas às mulheres e aos homens na sociedade (SCOTT, 1995).

Logo, gênero vai atribuir as relações sociais entre os sexos a toda uma construção social de ideias, como comportamentos, gostos, maneiras de pensar. Elas não são simplesmente características naturais ao homem ou a mulher, ou seja, características biológicas (SCOTT, 1995).

Além disso, o termo "gênero" também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior (SCOTT, 1995, p. 75).

Podemos pensar que as questões que envolvem a feminilidade e a masculinidade, o ser homem ou ser mulher, não têm um significado permanente, mas sim fazem parte de uma construção política da subjetividade e da identidade. Política porque são diferenças socialmente construídas que vão além das diferenças físicas do corpo humano, que vão refletir e interferir direto e indiretamente por meio das relações de poder na vida dos sujeitos dentro de uma sociedade (LOURO, 1997).

Dessa forma, falar sobre o gênero é abrir um leque de possibilidades essenciais na compreensão da igualdade do ser independentes do sexo.

Podemos entender que o estudo de gênero contribui na educação, propicia o entendimento e o esclarecimento de toda uma trajetória da História das mulheres marcada pela desigualdade, discriminação e violência. É nessa perspectiva que é de extrema importância que este estudo esteja em todos os lugares, principalmente no

ambiente escolar e acadêmico, já que é onde homens e mulheres buscam o conhecimento científico, para que, desta forma, essa geração e as próximas tenham o conhecimento e o engajamento de recusar qualquer forma de machismo e discriminação.

É com esse pensamento que é destacada a importância de analisar a presença do estudo de gênero nas universidades, nos cursos de licenciatura principalmente, para compreender questões como a feminização do magistério, o porquê de as autoras serem em menor proporção nos estudos científicos e livros mais lidos e citados, além de verificar também o uso da linguagem na maioria das vezes voltada para o masculino.

Podemos pensar que a desigualdade de gênero se reflete também no currículo, mesmo em países em que o acesso educacional era considerado igualitário, havia desigualdades na perspectiva de gênero.

No currículo, determinadas matérias e temáticas são consideradas masculinas ou femininas, de modo que, algumas profissões também ficam destinadas somente aos homens sendo vistas como inadequadas as mulheres.

Dessa forma, o currículo escolar acaba por colaborar para a reprodução dos estereótipos na sociedade: “[...] os estereótipos de gênero estavam não apenas amplamente disseminados, mas eram parte integrante da formação que se dava nas próprias instituições educacionais [...]” (SILVA, 2007, p. 94).

A preocupação com essa análise de gênero no currículo, não se trata mais do acesso, de simplesmente ingressar as mulheres na educação, mas de promover uma reflexão concedendo voz aos interesses e experiências das mulheres, para que então seja possível gerar uma mudança em relação às estruturas da sociedade que ainda são definidas pelos homens (SILVA, 2007).

A crítica feminista é em relação aos arranjos sociais que não são neutros como aparenta e pensamos ser. Na verdade, a sociedade é composta por um gênero dominante, o masculino. A própria ciência reflete essa perspectiva masculinizada girando em torno do ponto de vista e experiências dos homens (SILVA, 2007).

Dessa maneira, refletimos ser importante pensar a formação dos e das futuras pedagogas, para inclusive, por meio dos resultados auxiliar em uma possível mudança futura nesses currículos.

O gênero é central quando pensamos as práticas de violência e menosprezo direcionadas ao feminino, porque seu conceito nos permite analisar as relações de

poder e significação que a cultura constrói em torno daquilo que é ser homem e ser mulher.

Nesse sentido, o conceito de gênero tem uma ligação direta com os estudos sobre as mulheres, porque ele trata também dos efeitos que a relação desigual construída social, econômica, cultural e historicamente acarreta às mulheres: silenciamento, inferiorização, exploração, violência e em casos mais graves feminicídio (LOURO, 1997).

Guacira Lopes Louro (1997) tem sido uma das autoras, que nos últimos anos, tem articulado o debate de gênero com a educação, em especial, com a escola. Em seus livros, artigos e pesquisas aborda: a feminização do magistério, história da educação das meninas no Brasil, desigualdade de gênero no espaço da escola contemporânea, as contribuições do feminismo para a educação, entre outros. Este trabalho foi guiado com as reflexões teóricas da autora e de outras pessoas que se basearam nela.

Podemos nos perguntar: o que se entende por gênero? De acordo com Lins, Machado e Escoura (2016) que se inspiram em Louro (1997) quando refletimos sobre as relações de gênero, pensamos sobre os arranjos de comportamentos, normas e estereótipos que a partir deles vão constituir a identidade das pessoas sobre o que é ser homem e o que é ser mulher.

O comportamento criado e reproduzido a partir das diferenças percebidas entre homens e mulheres vem sendo naturalizado por esses arranjos, normas e estereótipos.

Mas como vamos analisar, essas diferenças de gênero não são discussões ligadas às simples questões biológicas do ser humano como fomos condicionados a pensar, e sim, são resultados da história e da educação gerada na nossa sociedade. E que dessa forma, também vão produzir as desigualdades:

Para além dessas diferenças, as dicotomias entre feminilidade e masculinidade criam desigualdades: articulado com noções de hierarquias e poder, o gênero é também uma forma social de produzir posições de desigualdade entre pessoas, coisas, espaços ou emoções. No terreno da desigualdade de gênero encontramos desvalorização salarial, repressões, discriminações e violências, temas que historicamente têm mobilizado movimentos reivindicatórios, lutas e disputas por igualdade (LINS, MACHADO, ESCOURA, 2016, p. 16).

Na busca da compreensão sobre a condição feminina e toda a origem das desigualdades entre homens e mulheres é que várias pesquisadoras começaram a refletir e a estudar chegando a uma conclusão de que existem várias formas de compreender o universo feminino e masculino em diversas culturas, lugares e tempos históricos. Uma diversidade que mostra que o gênero é o resultado de uma condição social e não apenas da natureza (LINS, MACHADO, ESCOURA, 2016).

O gênero está relacionado com outras categorias como de classe e de raça, devido à importância de explorar toda a trajetória marcada pela desigualdade, fazendo um estudo global das narrativas dos/as oprimidos/as, uma análise do sentido e da natureza dessa opressão (SCOTT, 1995)

O conceito de gênero pode ser considerado, além de uma ferramenta analítica, uma ferramenta política, já que ele vai nos esclarecer o porquê, por muito tempo na História a mulher ter sido reprimida e discriminada social e politicamente, considerada um ser inferior com a justificativa do “determinismo biológico”, uma pseudociência que durou muito tempo, utilizada para a manutenção do poder do homem na sociedade, mas que ainda deixa rastros e consequências na vida mulher até os dias atuais (LOURO, 1997).

O termo “gênero” começou a ser utilizado na década de 1970, e se popularizou mais na década de 1990, no Brasil, por causa da autora Scott. O gênero começa a ser utilizado diferenciando-se da palavra sexo. Visando através da linguagem, destacar o caráter social das diferenças que são baseadas no sexo (SCOTT, 1995). Incluindo assim, novas explicações e maneiras de pensar, como a questão das relações sociais de poder, para além das explicações biológicas, refletindo sobre o universo feminino e masculino.

Dessa forma, o termo indica uma negação do determinismo biológico, ou seja, de que as características, gostos, trabalho, comportamento das mulheres e dos homens seja natural, desde que nasceram. Para que se possa de fato entender o conceito de gênero e como ele surgiu, podemos retomar rapidamente alguns momentos importantes do movimento feminista, pois gênero está diretamente ligado a esse movimento social (SCOTT, 1995).

Podem ser observadas em vários momentos da História, ações individuais ou coletivas que são contra a opressão das mulheres. Mas, é no Ocidente, no século XIX, que o movimento das mulheres é visto como um movimento social organizado (LOURO, 1997).

É no final do século XIX para o início do século XX, com o movimento chamado “sufragismo” que buscava estender o direito das mulheres ao exercício do voto, que as manifestações contra a discriminação feminina ganharam uma expressividade e uma visibilidade maior (LOURO,1997).

Posteriormente, o sufragismo passou a ser reconhecido como parte da primeira onda do feminismo, na qual também as mulheres reivindicavam questões sociais como o acesso a determinadas profissões e ao mercado de trabalho, o direito a educação, também questões relacionadas a organização da família, como o divórcio, o fim do casamento arranjado e o direito à propriedade (as mulheres não tinham direito à herança) objetivos esses, ligados as mulheres brancas e de classe média (LOURO,1997).

No Brasil, um importante nome da luta pelos direitos das mulheres, foi à cientista Bertha Lutz (1894-1976), que com influência dos movimentos feministas da Europa e dos Estados Unidos fundou em 1922 a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) (LINS, MACHADO, ESCOURA, 2016).

No início, os estudos feministas buscaram demonstrar as formas de opressão e silenciamento das mulheres. A denúncia dessas situações foi importante para visibilizar as mulheres na sociedade, mas também fez com que consolidasse uma vitimização feminina ou que a culpa por sua condição social subordinada fosse da própria mulher (LOURO,1997).

No final da década de 60 início dos anos 70, começo da segunda onda do feminismo, é que as preocupações além de serem políticas e sociais, também passam a ser do campo das ideias, das construções teóricas. É no âmbito do debate que será problematizado por estudiosas e militantes, críticos e críticas, o conceito de gênero (LOURO,1997).

Com os objetivos alcançados pelas reivindicações sufragistas, as feministas da segunda onda passaram a propor debates em relação às condições de trabalho e da vida da mulher de uma forma ampla. Questões como a desigualdade salarial, a violência doméstica e sexual, a forma como a mulher era criminalizada pelo aborto e a limitação da sexualidade feminina, foram enfatizadas nessa segunda onda. (LINS, MACHADO, ESCOURA, 2016).

A inconformidade e a contestação em relação aos tradicionais modelos sociais e políticos, as formas de discriminação e ao silenciamento, estavam sendo expressadas por diversos grupos, e em diversos países como na França, Estados

Unidos, Inglaterra, Alemanha, por estudantes, mulheres, negros, jovens, intelectuais que marcaram o ano de 1968 por suas reivindicações (LOURO, 1997).

O livro *O segundo sexo* (1949) da filósofa francesa Simone de Beauvoir (1908-86) se destacou e foi uma importante inspiração desse momento. Nele, Simone aborda as perspectivas e visões sobre o sexo e o gênero, negando a ideia do determinismo biológico que determina o comportamento dos indivíduos, como o pensamento de que a mulher já nasce feminina e como isso é condicionado pela sociedade para dizer como deve ser o comportamento das mulheres. Para ela, a mulher nasce “fêmea” e o homem nasce “macho”, e vai ser por meio das relações sociais que vão ser construídos os papéis de feminilidade e masculinidade, como afirma em sua frase “Não se nasce mulher, se torna” (LINS, MACHADO, ESCOURA, 2016).

O movimento feminista ressurgiu, então, nesse contexto de transformação e contestação social e política, expressando-se também por meio de livros, jornais e revistas, obras hoje clássicas que marcaram esse momento como a que citamos a de Simone de Beauvoir. Surgem então, os estudos da mulher, por estudiosas, pesquisadoras, docentes, mulheres com a paixão política que vão levar para o interior das escolas e universidades, as questões que as mobilizavam naquela época (LOURO, 1997).

Devido a todo o processo histórico em que as mulheres foram recriminadas social e politicamente, a consequência foi invisibilidade da mulher como sujeito e como sujeito da Ciência, já que não eram consideradas capazes intelectualmente. O grande objetivo das estudiosas feministas foi tornar visível a mulher que fora ocultada durante todo esse tempo na História (LOURO, 1997).

Algumas mulheres europeias, em movimentos organizados, já vinham rompendo, desde a década de 1960, a ideia de que o mundo doméstico é o “verdadeiro” universo da mulher, elas já exerciam atividades fora do lar, mulheres de classes trabalhadoras e camponesas trabalhavam em fábricas, lavouras e oficinas e logo outras mulheres também passaram a trabalhar em loja, hospitais, escolas, escritórios.

No entanto, os homens controlavam rigidamente as atividades das mulheres, que eram consideradas como secundárias, apenas um auxílio e muitas vezes ligadas ao cuidado, à assistência ou educação (LOURO, 1997). No Brasil, mulheres negras nunca foram vistas como rainhas do lar, por conta da escravidão, até os dias atuais

as mulheres negras trabalham no pesado, em condições precárias e com baixos salários, ficando muitas horas fora de casa.

De acordo com Louro (1997) com mais força na década de 90, surge a terceira onda feminista que permanece até os dias atuais. Nessa fase, vai ficar mais forte o questionamento em relação ao padrão das feministas, as causas eram apoiadas com base nas experiências vividas pelas mulheres brancas, de classe média alta, heterossexuais.

Dessa maneira, as mulheres negras começaram a exigir o seu espaço na luta feminista, por um mundo menos machista e racista, revelando as diferenças vividas por elas, mulheres de diferentes classes sociais e etnia, mulheres com diferente sexualidade a escrever sobre o assunto.

Logo mais, foram desencadeando novos debates, novas reivindicações e experiências de diferentes mulheres, acrescentando também os questionamentos como os apresentados pelos grupos LGBTs (LOURO, 1997).

Assim, surgem então os debates em relação à sexualidade, questionando o modelo esperado pela sociedade do homem ideal como sendo aquele branco, masculino, heterossexual e cristão. Nessa perspectiva, os estudos de raça/etnia foram contribuindo para pensar e criar novas reivindicações e práticas no campo da educação que preocupassem com as diversas diferenças. Isso abriu as portas para outros estudos, relacionadas à sexualidade, sugerindo então, reflexões mais amplas debatendo as questões do preconceito e homofobia (LOURO, 1997).

Na educação, com a contribuição da teoria feminista, dos estudos de gênero em educação podemos pensar o gênero nos materiais escolares, nas práticas das professoras e dos professores e também na linguagem.

Nesse sentido, a linguagem vai refletir a desigualdade de poder, conforme Louro (1997) explica, que nela as meninas e meninos desde cedo vão entendendo, na sala de aula, que os homens tem maior valor que as mulheres, que Homem, com H maiúsculo tem que representar todos os seres humanos, tudo isso modela e influencia na inferiorização das mulheres.

No ambiente escolar, as normas de gênero são também colocadas em prática criando várias expectativas em relação ao comportamento do sujeito, como ele deve ser, como deve pensar, como deve agir e do que deve gostar. Por exemplo, na escola espera-se que a menina tenha uma letra bonita, já que isso é visto como sinônimo de capricho e menina é caprichosa. Já os meninos devem ser bons em matemática.

Como se os meninos não pudessem também ser caprichosos e as meninas serem boas em matemática. Esses pensamentos acabam que limitam as experiências e as aprendizagens dos alunos e alunas. Comportamentos esses esperados, que produzem não só as diferenças, mas também desigualdades no campo da prática escolar (LINS, MACHADO, ESCOURA, 2016).

Antigos manuais já traziam recomendações no processo da escolarização sobre a forma da postura, modo de se sentar e andar, organização dos materiais formando o “corpo escolarizado” dos alunos e alunas que acabava por diferenciar os meninos das meninas. Hoje, por meio de outras regras e teorias, novos instrumentos na prática educativa, a escola continua a deixar sua marca de diferenciação de sujeitos: “Através de múltiplos e discretos mecanismos, escolarizam-se e distinguem-se os corpos e as mentes” (LOURO, 1997, p.62).

A sociedade com base em toda a construção cultural, ao longo dos tempos, vem nos ensinando desde a infância comportamentos e maneiras de ver o mundo, de um modo bem estereotipado (LOURO, 1997).

Ao falarmos que certo comportamento é específico a um grupo de pessoas só por serem mulheres ou homens, estamos reproduzindo os estereótipos de gênero. Já que ouvimos frases como “menina é mais caprichosa”, “menino é mais agitado” ou “toda mulher nasceu para ser mãe” e “homem não leva jeito para a maternidade”. Mesmo sabendo que as pessoas são diferentes e que elas não se comportam todas da mesma forma, independentemente do sexo. Não vão ser as diferenças biológicas entre mulheres e homens que vão justificar ou explicar as diferenças de comportamentos na sociedade. Mas, estamos culturalmente condicionados a pensar que sim (LINS, MACHADO, ESCOURA, 2016).

CAPÍTULO 2 - ANÁLISE FEMINISTA DA LINGUAGEM DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSO (PPC)

Esse capítulo vai atender ao objetivo de apresentar um levantamento quantitativo e uma análise da linguagem, numa perspectiva de gênero. Ou seja, aqui, avaliamos se nos dois documentos de Projeto Pedagógico de Curso (doravante PPC's), a linguagem é inclusiva (considera a existência das mulheres) ou não.

A análise foi realizada a partir de dois documentos: os PPC's do curso de Pedagogia Bilíngue- Campus Aparecida de Goiânia do ano de 2018 e Pedagogia- Campus Goiânia Oeste do ano de 2017, ambos do Instituto Federal de Goiás -IFG. Os projetos foram acessados e baixados para a análise documental direto da página oficial do IFG, na seção guia de cursos.

O curso de licenciatura em Pedagogia Bilíngue: Libras/Português é ofertado no Campus Aparecida de Goiânia que foi inaugurado em 2012, localizado no endereço: Universitária Vereador Vagner da Silva Ferreira, Qd-1, Lt. 1-A – parque Itatiaia, na cidade de Aparecida de Goiânia – GO, em resposta à crescente necessidade, não só da região do Campus, bem como em todo o país, de ter esses e essas profissionais da Educação que possam atuar também na educação de pessoas surdas (PPC – Pedagogia Bilíngue, 2018).

A proposta do curso é voltada para a formação de pedagogas e pedagogos bilíngues e assim é construído para atender as necessidades educativas e os processos de ensino e aprendizagem de estudantes de pedagogia surdos/surdas e ouvintes (PPC – Pedagogia Bilíngue, 2018). Alguns marcos sustentam o surgimento dele e/ou orientam o curso, como a Lei Brasileira da Inclusão, 13.146/2015, que defende a oferta de Educação Bilíngue no país, como também o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, em abril de 2002, pela Lei Federal 10.436 e com o decreto 5626/2005, que sancionou essa lei, colabora com a proposta da Educação Bilíngue.

Dessa forma, o/a pedagogo/a bilíngue será um/a profissional capacitado/a para atuar com estudantes surdos/surdas e ouvintes contemplando a educação no contexto da Libras e do Português (PPC – Pedagogia Bilíngue, 2018).

O PPC (2018) do curso de Pedagogia Bilíngue - Campus Aparecida de Goiânia está estruturado da seguinte forma:

Figura 1: Representação de sumário do PPC da pedagogia bilíngue: Libras/Português, campus Aparecida de Goiânia

1. Justificativa e Objetivos do Curso	06
1.1 Contextualizações	06
1.2 Caracterização da demanda	07
2. Objetivos	11
2.1 Geral	11
2.2. Específicos	11
3. Requisitos para Acesso ao Curso	11
4. O Tradutor Intérprete De Libras	12
5. Perfil Profissional dos Egressos	13
6. Legislação Básica	15
7. Organização Curricular	17
7.1 Matriz Curricular	20
7.2 Detalhamento das Disciplinas	23
7.2.1 Núcleo de Estudos de Formação Geral	24
7.2.2 Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos das Áreas de Atuação Profissional	24
7.2.3 Núcleo de Estudos Integradores para Enriquecimento Curricular	25
7.2.4 Disciplinas Optativas	25
7.2.5 Fluxograma	26
7.3 Estágio Curricular Supervisionado	32
7.4 Atividades Complementares	35
7.5 Prática como Componente curricular	35
7.6 Trabalho de Conclusão de Curso	39
7.7 Ementas das Disciplinas	39
8 Metodologia	40
8.1 Ensino, Pesquisa e Extensão	47
9 Critérios de Aproveitamento de Experiências Anteriores	49
10. Critérios de Avaliação da Aprendizagem	50
11. Funcionamento.	51
12. Instalações e Equipamentos	51
12.1 Descrição dos Equipamentos Disponíveis	52
13. Pessoal Docente e Técnico-Administrativo envolvido no Curso	58
13.1 Pessoal Docente	58
13.2 Pessoal Técnico-Administrativo	60
14. Auto Avaliação do Curso	61
15. Núcleo Docente Estruturante	63
16. Atuação da Coordenação do Curso	65
17. Certificados e Diplomas	66
Referências	66
Anexo I – Ementas	70

Fonte: PPC do curso de Pedagogia Bilíngue: Libras/ Português, Campus Aparecida de Goiânia (2018).

O curso de Licenciatura em Pedagogia ofertado pelo Câmpus Goiânia Oeste do IFG, em seu PPP (2017) está calcado no objetivo de proporcionar a formação de professoras/es que estão em exercício na educação básica pública sem a devida formação em nível superior, além da formação de novas/os docentes com a intenção de diminuir a escassez de profissionais da educação básica e a resposta dessa demanda é com a criação de um perfil de pedagogo e pedagoga social.

No PPC do curso (2017), há também a justificativa de que é importante ofertar essa formação de pedagogos e pedagogas nas instituições públicas, pois de acordo com os dados do Educacenso (BRASIL, 2013), sobre os cursos de Pedagogia, foram realizadas 119.799 matrículas, sendo 43.550 na administração pública e 156.249 na administração privada.

Dessa maneira, a oferta do curso de Pedagogia pelo IFG, contribui para a universalização do acesso, permanência e êxito ao ensino em instituições públicas (PPC – Goiânia Oeste, 2017).

O câmpus Goiânia Oeste abrange as regiões Oeste e Noroeste, em que existem famílias de baixa renda que se concentraram em regiões periféricas, por meio de ocupação, devido a um processo de políticas públicas de urbanização na cidade de Goiânia, que acabou impedindo essas famílias de residirem em bairros melhor estruturados (PPC – Goiânia Oeste, 2017).

O objetivo primordial da proposta do curso é a formação do/a Educador/a Social, com ênfase na práxis social, que atue em diferentes processos educativos formais e não formais:

[...] O Educador social constitui-se como universalidade instituída pela indissociabilidade de particularidades, tais como: Formação docente: ação educativa, política e cultural; Formação científica: pesquisa como princípio formativo; Formação epistemológica: fundamentos filosóficos-sóciohistóricos da educação; Formação didático-pedagógica: fundamentos e metodologias do ensino; Formação profissional: atuação nos distintos processos educativos (escolares e não escolares) e Formação social: sociedade-ciência-tecnologia (mídias sociais) (PPC – Goiânia Oeste, 2017, p.10).

Nesse sentido, o/a educador/a social considera a educação como uma prática de liberdade e um pré-requisito para a vida democrática. Também, concebe a educação como um ato dialógico, que considera a produção e autonomia do indivíduo e não meramente a transmissão de conhecimento (PPC – Goiânia Oeste, 2017).

O PPC (2017) do curso de Pedagogia- Campus Goiânia Oeste está dividido da seguinte forma:

Figura 2: Representação de sumário do PPC da pedagogia, campus Goiânia Oeste

1. JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS DO CURSO	8
1.1 JUSTIFICATIVA	8
1.2 OBJETIVOS	15
1.2.1 Gerais	15
1.2.2 Específicos	16
1.3. Perfil do Educador social	16
2. REQUISITOS PARA ACESSO AO CURSO	19
3. PERFIL PROFISSIONAL DOS EGRESSOS (COMPETÊNCIAS; ÁREAS DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL).....	20
4. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	21
4.1 DETALHAMENTO DAS DISCIPLINAS	22
4.1.1 NÚCLEO I. ESTUDOS BÁSICOS/FORMAÇÃO GERAL	22
4.1.2 NÚCLEO II. APROFUNDAMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DE ESTUDOS/ÁREA DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL	23
4.1.3 NÚCLEO III. ESTUDOS INTEGRADORES/PARA O ENRIQUECIMENTO CURRICULAR	24
4.1.4 DISCIPLINAS OPTATIVAS	25
4.2 MATRIZ CURRICULAR	27
4.2.1 FLUXOGRAMA	30
4.3 ESTÁGIOS.....	31
4.3.1 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	31
4.3.1.1 Das características do ECS	32
4.3.1.2 Da natureza do ECS	33
4.3.2 ESTÁGIO NÃO-OBRIGATÓRIO	319
4.3.2.1 Das características do Estágio não-obrigatório	40
4.3.2.2 Da natureza do Estágio não-obrigatório	41
4.4 ATIVIDADES COMPLEMENTARES	42
4.5 PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (PCC)	44
4.5.1 Relato de experiências - Projetos da PPC	47
4.6 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	49
4.7 CURRÍCULO INTEGRADO E A LEGISLAÇÃO NACIONAL	49
4.7.1 Educação ambiental – Lei 9.795/199	51
4.7.2 Ensino de História e a cultura afro-brasileira e indígena – Lei 11.64/2008	52
4.7.3 Educação em Direitos Humanos – Resolução CN E/CP nº01/2012	54
4.8 EMENTA DAS DISCIPLINAS	55
5. METODOLOGIAS DO CURSO.....	56
5.1. EVENTOS	56
5.2 APOIO PEDAGÓGICO AO DISCENTE	57
5.3 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	57
5.4 ATENDIMENTO PEDAGÓGICO AO DISCENTE	58
5.5 ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS	58
5.6 AÇÕES DIDÁTICO-METODOLÓGICAS E OS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	64
6. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE.....	65
6.1 COMPOSIÇÃO DO NDE DO CURSO	66
7. ATUAÇÃO DO COORDENADOR DO CURSO	67
7.1 DAS CARACTERÍSTICAS DA COORDENAÇÃO DO CURSO	68
8. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM APLICADOS AOS ALUNOS DO CURSO.....	69

9. FUNCIONAMENTO	70
10. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	71
10.1 LABORATÓRIO DE ENSINO	72
10.2 BRINQUEDOTECA	72
10.3 BIBLIOTECA	72
11. PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO – ADMINISTRATIVO ENVOLVIDO NO CURSO.....	73
11.1 PESSOAL DOCENTE	73
11.2 TÉCNICO – ADMINISTRATIVO	76
12. AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO	77
13. CERTIFICADOS E DIPLOMAS EXPEDIDOS AOS CONCLUINTES DO CURSO	80
14. ATIVIDADES DE PESQUISA E EXTENSÃO	80
14.1 AÇÕES DE PESQUISAS E EXTENSÃO	85
15. BIBLIOGRAFIAS	865
Anexo I	92
Anexo II	130
Anexo III	143
Anexo IV	154
Anexo V	158

Fonte: PPC do curso de Pedagogia, Campus Goiânia Oeste (2017).

A partir dos PPC's dos cursos que aqui foram apresentados, buscamos filtrar palavras-chave do contexto da Educação no masculino e no feminino para realizar essa análise da linguagem na perspectiva de gênero.

Conforme o quadro 1, apresentamos as palavras-chave que escolhemos:

Quadro 1: Palavras chaves para rastreio da linguagem nos PPC's.

Palavras-chave:	
Professor/ Professora	Educando/ Educanda
Professores/ Professoras	Alunos/ Alunas
Pedagogo/ Pedagoga	Aluno/ Aluna
Educador/ Educadora	Estudante
Docente/ Discente	Surdo/ Surda

Fonte: organizado e desenvolvido pela autora.

As palavras: professor, professora, pedagogo, pedagoga, educador, educadora e docente são muito importantes, pois elas representam a profissão de alguém, também, representam quem as pessoas imaginam naquela profissão, ou seja, um homem ou uma mulher.

Ao refletir sobre essas palavras, é comum dizer, ouvir ou ler as palavras todas no gênero masculino, como: professor, pedagogo, educador, o profissional, sem referir-se também no feminino. Por exemplo, ao pensar na seguinte frase: “O Dia do professor”, que se refere a uma data comemorativa no Brasil, a frase está no masculino, mesmo ela sendo voltada também para o público feminino e em sua maior parte, já que o número de professoras no Brasil é maior que o de professores e isso não se reflete na linguagem dessa frase, por exemplo.

Mas, o que vemos então, é uma linguagem a qual estamos acostumadas (os) e achamos normal em que o masculino predomina com a intenção de universalizar, ou seja, dizer que é a forma neutra das palavras que vai englobar tanto os homens, bem como as mulheres.

Dessa forma, devemos nos perguntar o porquê do apagamento feminino na linguagem, já que foram criadas palavras tanto masculinas quanto femininas na nossa língua portuguesa, justamente para fazer uma identificação de pessoas e assim considerar os homens e as mulheres na linguagem.

Na busca de entender tal apagamento na linguagem, é necessário, primeiro, compreender o contexto histórico e social da nossa sociedade, pois está diretamente ligado a todo esse contexto.

A nossa sociedade ocidental é androcêntrica. Ou seja, supervaloriza o homem. O androcentrismo tem a concepção de homem como centro do mundo, de tudo, do homem como superior e a mulher inferior (MORENO, 2003).

Com isso, a participação das mulheres na sociedade foi colocada predominantemente em segundo plano, de forma subalterna, em prol de viver em espaços mais restritos, sem poder e voz. Reféns das atividades de trabalho ligadas ao servir, ao cuidar e ao obedecer. Sendo assim, desconsideradas nas tomadas de decisões, na participação política e social e também na produção do conhecimento científico.

As mulheres, há muito tempo vem lutando por seu espaço na sociedade, seja no campo do trabalho, dos estudos ou das relações de poder, tudo devido a essas formas de dominação patriarcal e androcêntrica que predomina em nossa sociedade. Realidade essa que começou a ser mudada pelas mulheres feministas em busca de mudanças, de igualdade de gênero (LOURO, 1997).

Dessa maneira, o androcentrismo reflete-se em todos os aspectos e estruturas sociais como, na política, na cultura, na economia e no campo científico, expressando-se também por meio da linguagem (MORENO, 2003).

A linguagem androcêntrica é mais uma forma de dominação que visa limitar as mulheres também no campo científico, e que atualmente, é disfarçada de linguagem neutra.

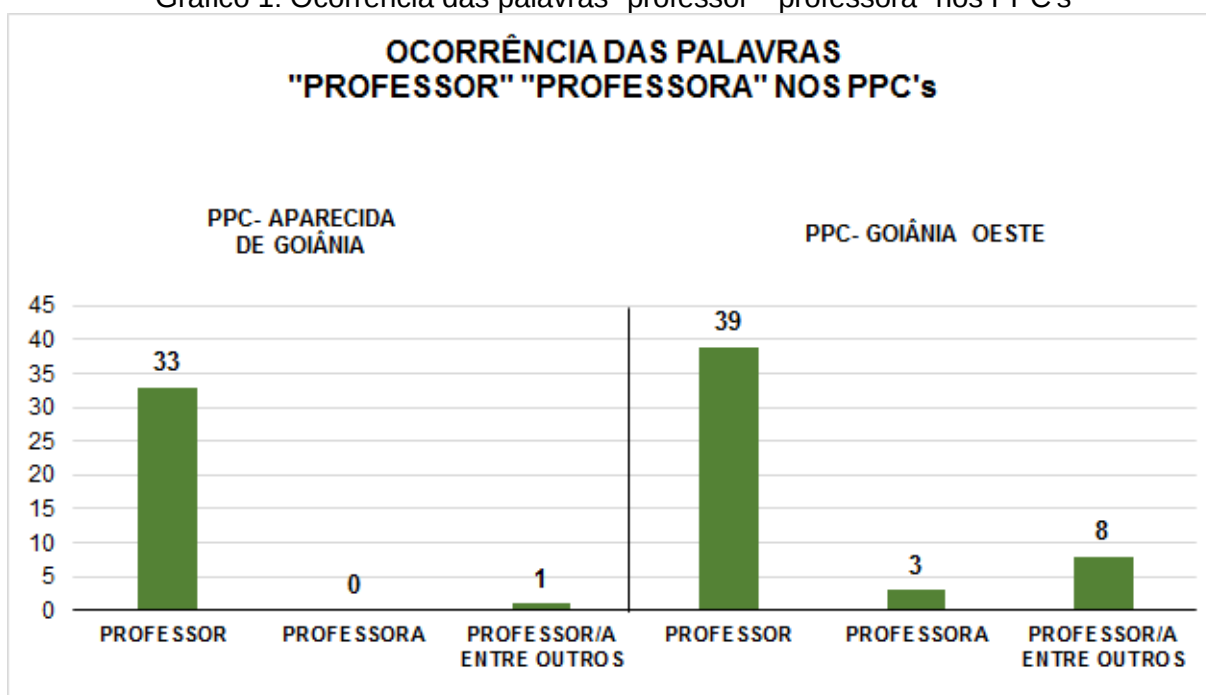
Logo, seguindo esse pensamento de linguagem “neutra”, quando pensamos sobre a intenção de formar “o profissional” da educação, “pedagogo” e “professor”, será que existe a possibilidade de pensar que há mulheres inseridas nessa linguagem? Que, quando são referidas essas palavras de forma universalizada, o sujeito delas pode ser também uma mulher?

A norma da Língua Portuguesa, empregada de forma patriarcal, gera impactos na nossa mente, na nossa subjetividade, nos leva a pensar que não há mulheres em diversos contextos importantes, inconscientemente esperamos que o texto seja de um autor, homem. Dessa forma, as mulheres acabam que ficam excluídas ou invisibilizadas por meio da própria linguagem.

Nos PPCs analisados, as palavras filtradas no singular “professor”, “professora” e também no plural “professores”, “professoras” estão representadas pelos gráficos 1 e 2, o resultado deles nos mostra que a linguagem utilizada é predominantemente masculina, em poucas situações a linguagem é referida no feminino ou de forma inclusiva (feminino/masculino).

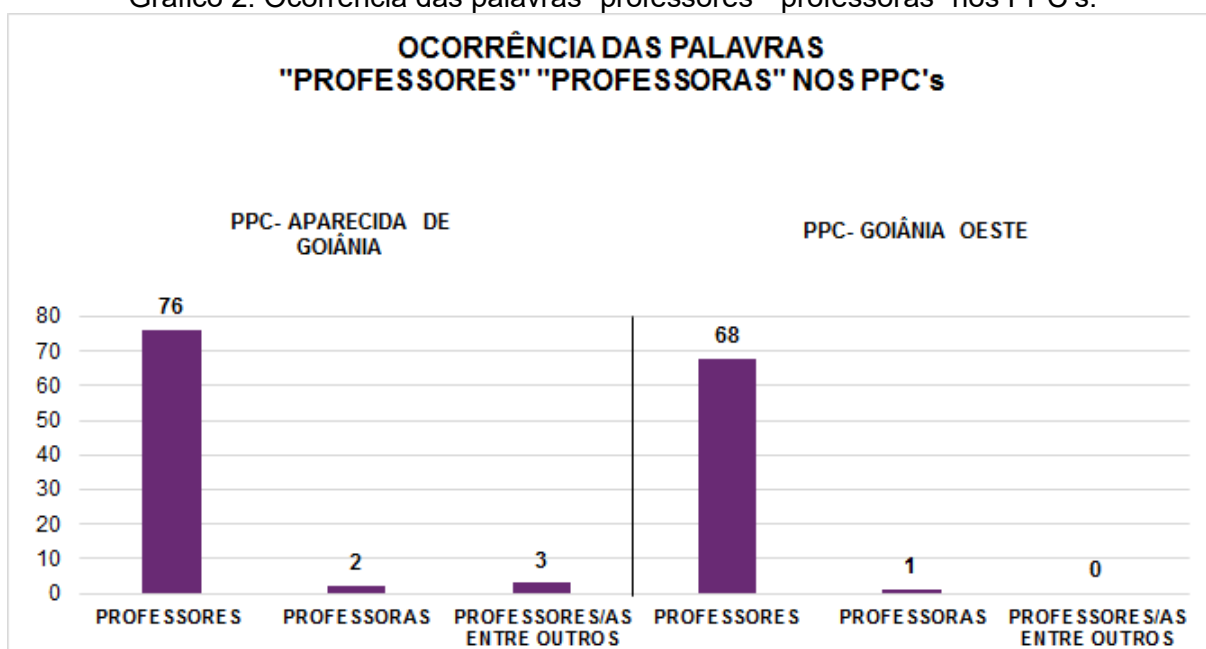
Essa realidade está refletida nos dois documentos, apesar de os cursos contemplarem a formação tanto do público feminino, como do masculino.

Gráfico 1: Ocorrência das palavras "professor" "professora" nos PPC's



Fonte: PPCs dos cursos analisados. Organização da autora.

Gráfico 2: Ocorrência das palavras "professores" "professoras" nos PPC's.



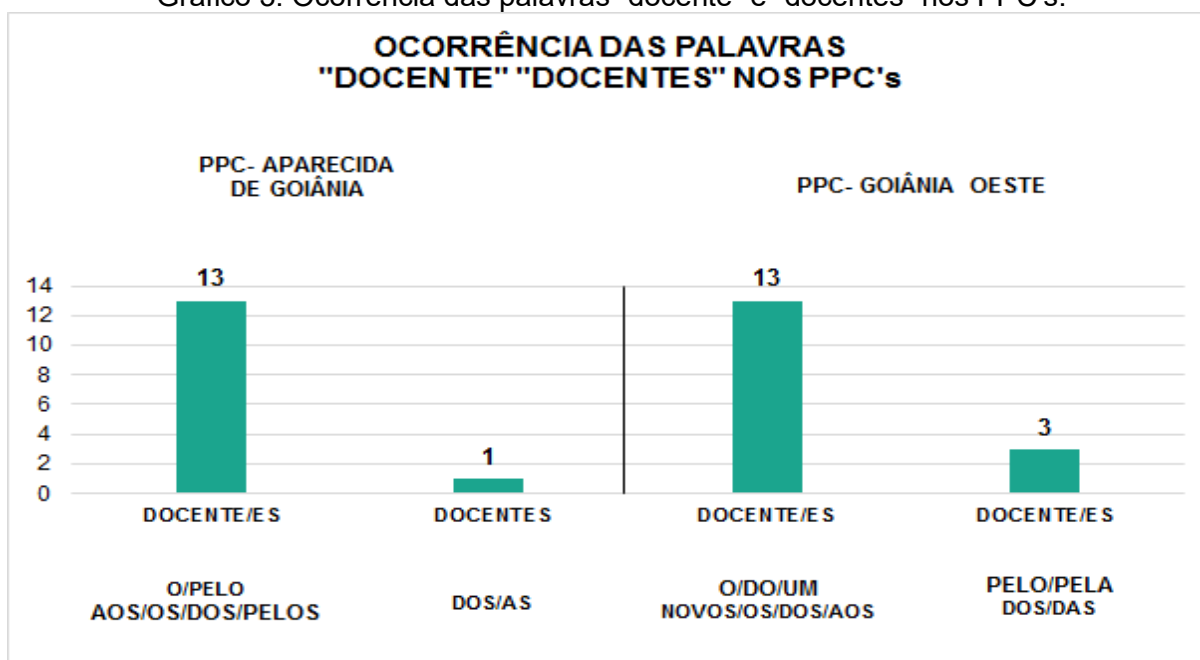
Fonte: PPCs dos cursos analisados. Organização da autora.

Ao analisar o quadro de docentes do curso de Pedagogia Bilíngue, foi considerado o número de profissionais elencados, de 29 docentes no total, 14 são mulheres, porém, mesmo o curso sendo composto metade de profissionais que são mulheres, ainda sim, o PPC- Aparecida de Goiânia traz uma linguagem toda voltada

para o masculino, caindo na possível justificativa de uma linguagem “neutra” em que estamos acostumadas (os) e, mais uma vez, as mulheres acabam por ficar invisibilizadas em um documento tão importante como o PPC, que visa formar uma profissional pedagoga.

A palavra docente aparece nos dois PPC's, o gráfico 3 mostra o resultado referente à profissão docente e segue a linguagem predominante no masculino.

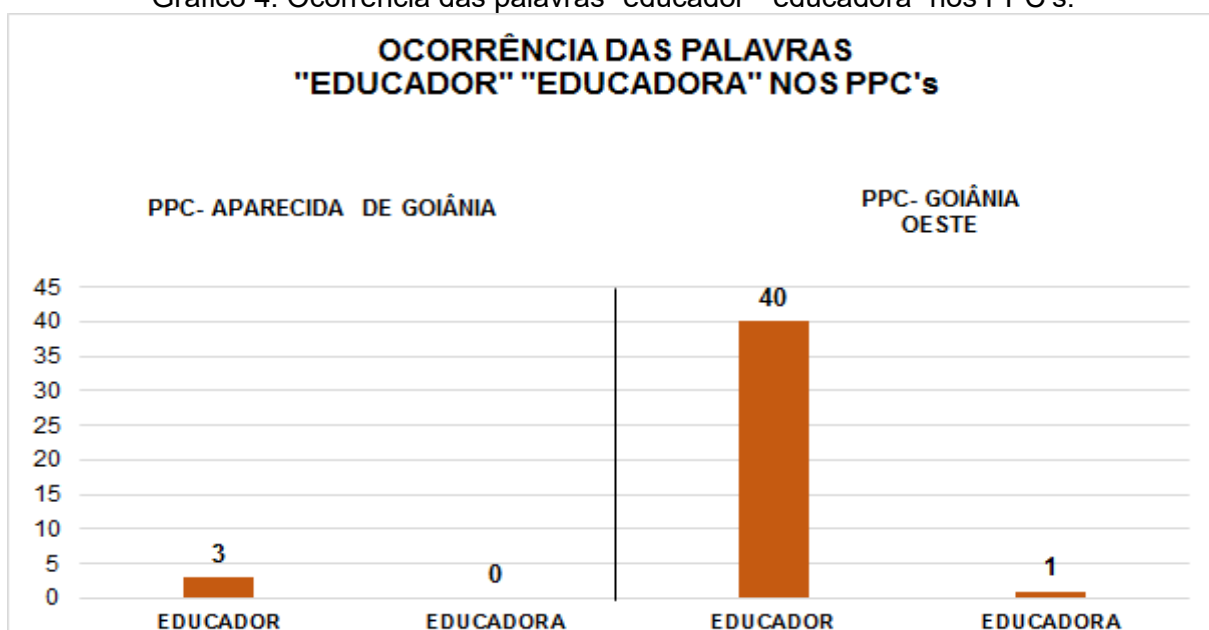
Gráfico 3: Ocorrência das palavras “docente” e “docentes” nos PPC's.



Fonte: PPCs dos cursos analisados. Organização da autora.

As palavras “Educador” e “Educadora” são pouco utilizadas no PPC- Aparecida de Goiânia, já no PPC - Goiânia Oeste foram mencionadas em maior proporção, visto que a formação defendida por eles é de Educador/a Social. Mas, ainda que a formação seja para homens e mulheres, a linguagem usada nos PPC's não é inclusiva, e mantém a linha de uma linguagem preponderante no masculino, como pode ser observado no gráfico 4:

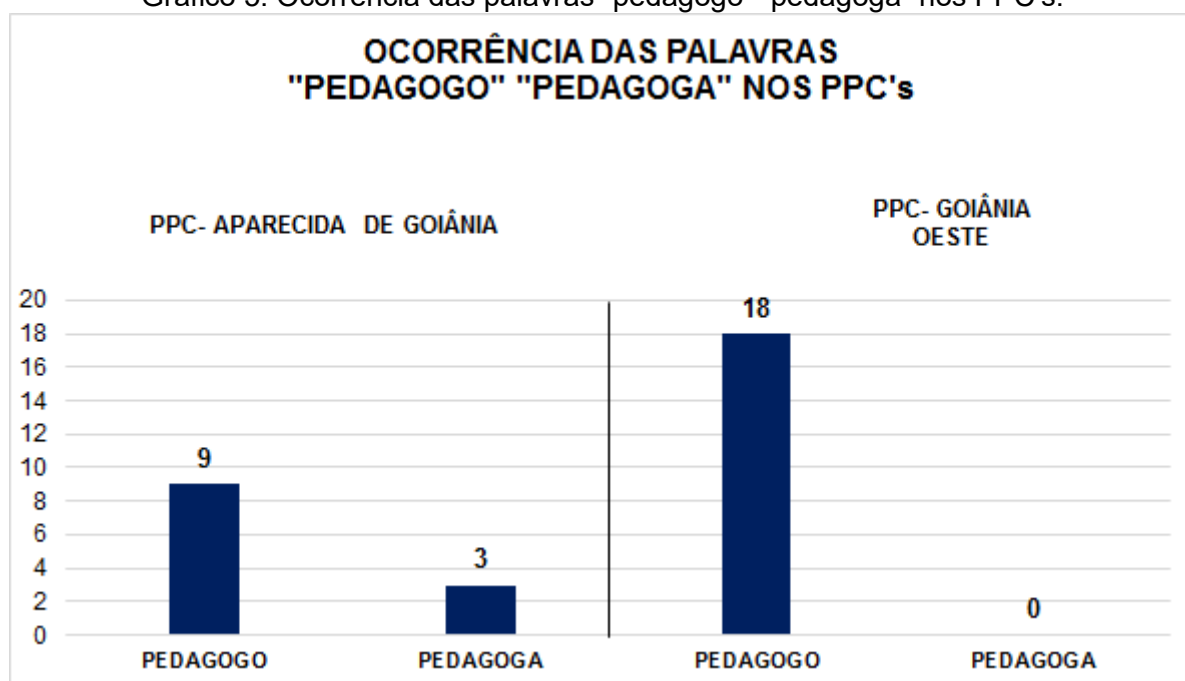
Gráfico 4: Ocorrência das palavras “educador” “educadora” nos PPC’s.



Fonte: PPCs dos cursos analisados. Organização da autora.

Por fim, em relação à docência temos as palavras mais importantes, dentro do universo pesquisado, pedagogo e pedagoga. No gráfico 5, a palavra pedagogo aparece em maior relevância, e quando aparece a palavra pedagoga, apenas no PPC- Aparecida de Goiânia, é para referir-se à formação acadêmica de três pedagogas que compõe o quadro de funcionários (as) dessa instituição.

Gráfico 5: Ocorrência das palavras “pedagogo” “pedagoga” nos PPC’s.



Fonte: PPCs dos cursos analisados. Organização da autora.

Os dados dos gráficos que aqui foram apresentados revelam uma contradição. O documento apaga as futuras profissionais formadas pelo próprio curso. Por meio da linguagem as mulheres estão sendo invisibilizadas.

A língua é um mecanismo de comunicação entre as pessoas, além de ser uma das heranças mais ricas de um povo, ela expressa a identidade (moral, profissional...) de um ser humano, seja homem, seja mulher. É por meio dela que definimos e expressamos dentro de uma sociedade o que se torna importante, o que tem valor.

Por isso, quando universalizamos a língua para o masculino, estamos mostrando e afirmando que o feminino não é tão importante, não é valorizado, que está tudo bem em utilizar o masculino para se referir ao todo, mesmo existindo uma mulher ou melhor muitas mulheres nesse todo.

Isso mostra como a mulher está mais uma vez em segundo plano, por toda a trajetória histórica da mulher em nossa sociedade androcêntrica aqui já discutido, então confirmamos nos PPCs que quando pensamos em quem educa, quem ensina, quem será profissional da educação, pela linguagem empregada, não são as mulheres, mas sim os homens. Mas como essa situação se tornou tão normalizada pela sociedade, não damos a devida importância que é dar voz a identidade de um ser, o feminino na linguagem, assim como o masculino.

A questão não é supervalorizar um gênero, x ou y, mas sim reconhecer o homem e a mulher na linguagem, dignificando o ser sem haver predominância da desigualdade de gênero, que o ideal seja predominar a igualdade de gênero.

Dessa maneira, retomando aos dados do gráfico 5, que mostra a palavra “pedagogo” aparecendo em maior relevância no PPC- Aparecida de Goiânia e totalmente no PPC- Goiânia Oeste, sem aparecer nenhuma vez a palavra pedagoga no segundo PPC, é que percebemos uma grande contradição da realidade, sabendo que o público maior deste curso é o feminino, na qual se formarão pedagogas o PPC não reconhece estas profissionais com a linguagem que foi utilizada nele.

As mulheres estão em maior número dentro de sala de aula, tanto como alunas bem como professoras. Esse contexto é explicado pela feminização do magistério que foi iniciado no Brasil no final do século XIX. O país, principalmente a partir do século XX, se encontrava em um momento histórico de mudanças econômicas e produtivas, a fruto do desenvolvimento industrial, da saída das pessoas do campo para as cidades, da oferta maior de trabalhos nas grandes indústrias, fábricas, e

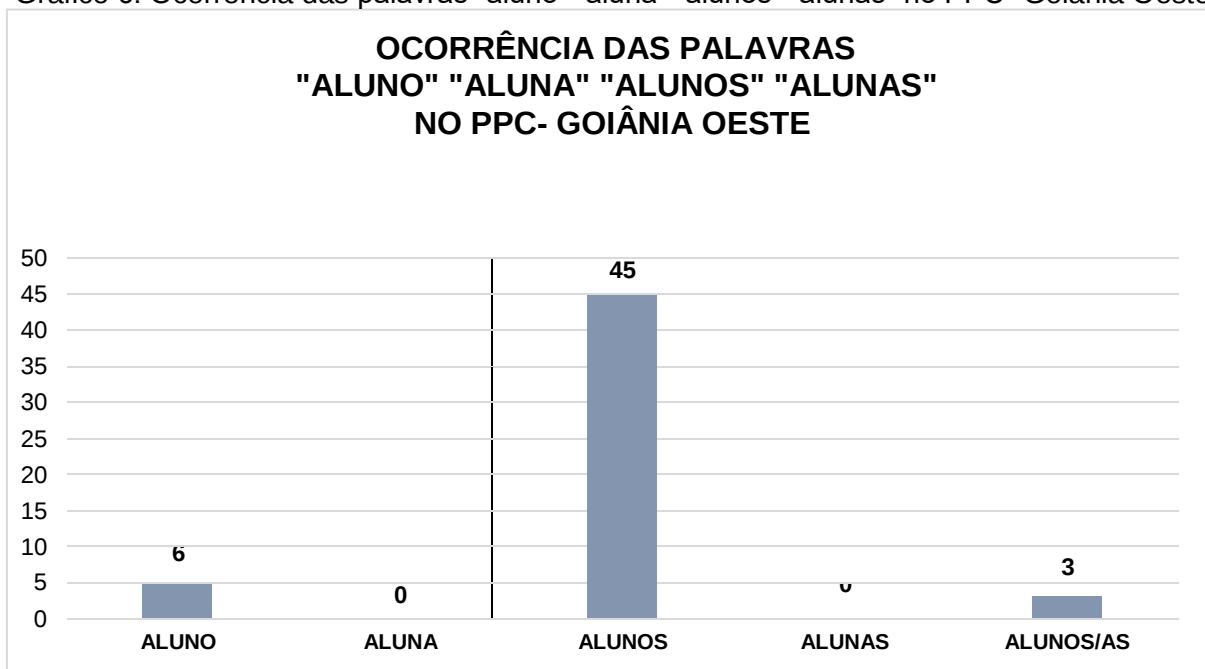
comércios na vida urbana. Os homens brancos, presentes no magistério, diante de novas possibilidades de trabalho foram ampliando suas atuações. Ao mesmo tempo, as mulheres brancas começaram a lutar pelo espaço na educação, pois sabiam que o único trabalho considerado digno para as moças brancas de “família” fora do lar era a escola. Por todo esse contexto e pelas árduas reivindicações das mulheres contra a prisão do lar, o magistério foi de feminizando (LOURO, 1997).

As mulheres se concentraram na educação das crianças pequenas, pois a sociedade julgava menos e elas tinham maior aceitação social familiar para este trabalho. Existia e infelizmente até hoje, toda uma idealização da mulher como mãe, esposa, cuidadora do lar, responsável pelo bem-estar da família, portanto “naturalmente” qualificada para a educação de todos e mais adequada na educação de mulheres, limitada ao trabalho doméstico e ao magistério (LOURO, 1997).

Assim, com a feminização do magistério, que se reflete também na atualidade, em sala de aula dos cursos de pedagogia precisa ser refletido, afinal as mulheres não educam porque são mães e sim porque devem ser formadas com qualidade para isso, também precisamos reconhecer a história do magistério e o protagonismo de tantas mulheres no chão das escolas. Fazer isso significa não falar tudo no masculino, como se elas não tivessem existido. Que a nossa forma de falar retrate melhor a realidade vivida e não por força da desigualdade de gênero deixasse de lado tantas mulheres que contribuíram e contribuem por anos a área da Educação.

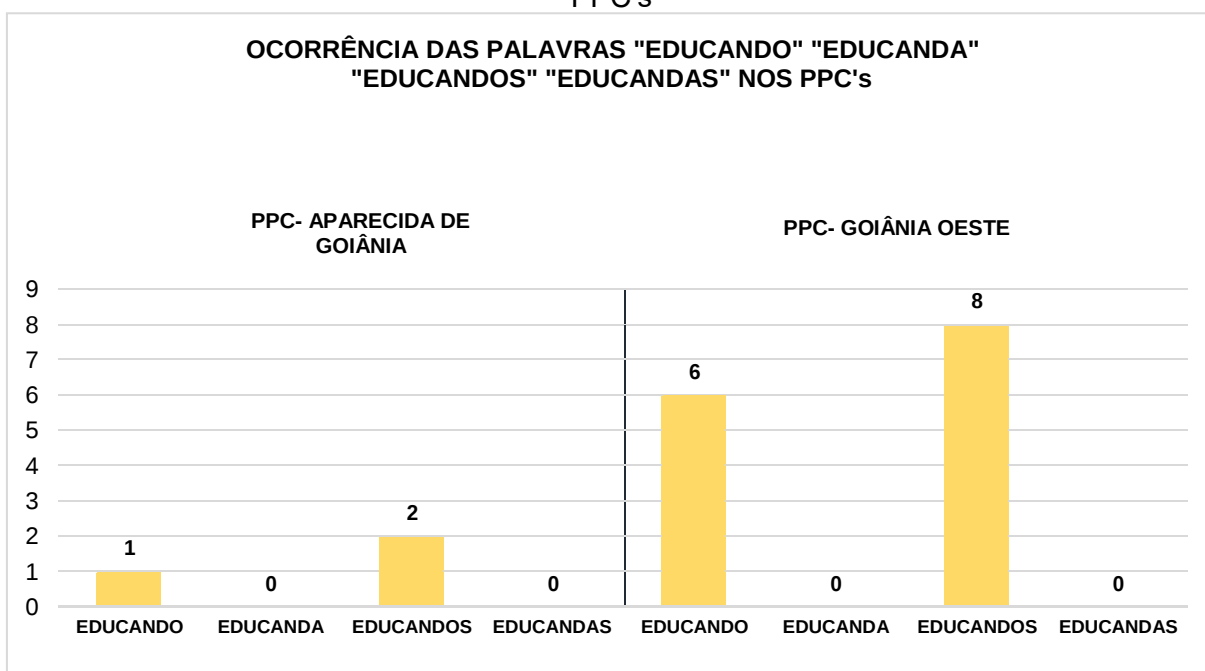
Abaixo, os próximos gráficos abordam quem os PPCs desejam formar, as palavras para se referir ao público atendido:

Gráfico 6: Ocorrência das palavras “aluno” “aluna” “alunos” “alunas” no PPC- Goiânia Oeste



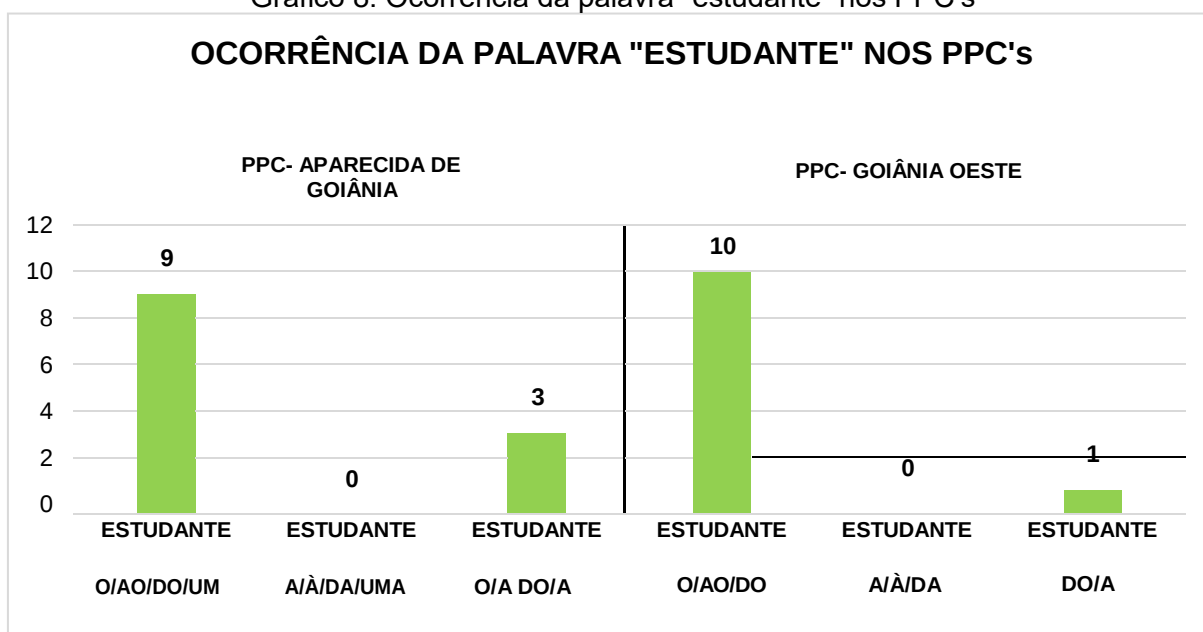
Fonte: PPCs dos cursos analisados. Organização da autora.

Gráfico 7: Ocorrência das palavras “educando” “educanda” “educandos” “educandas” nos PPC’s



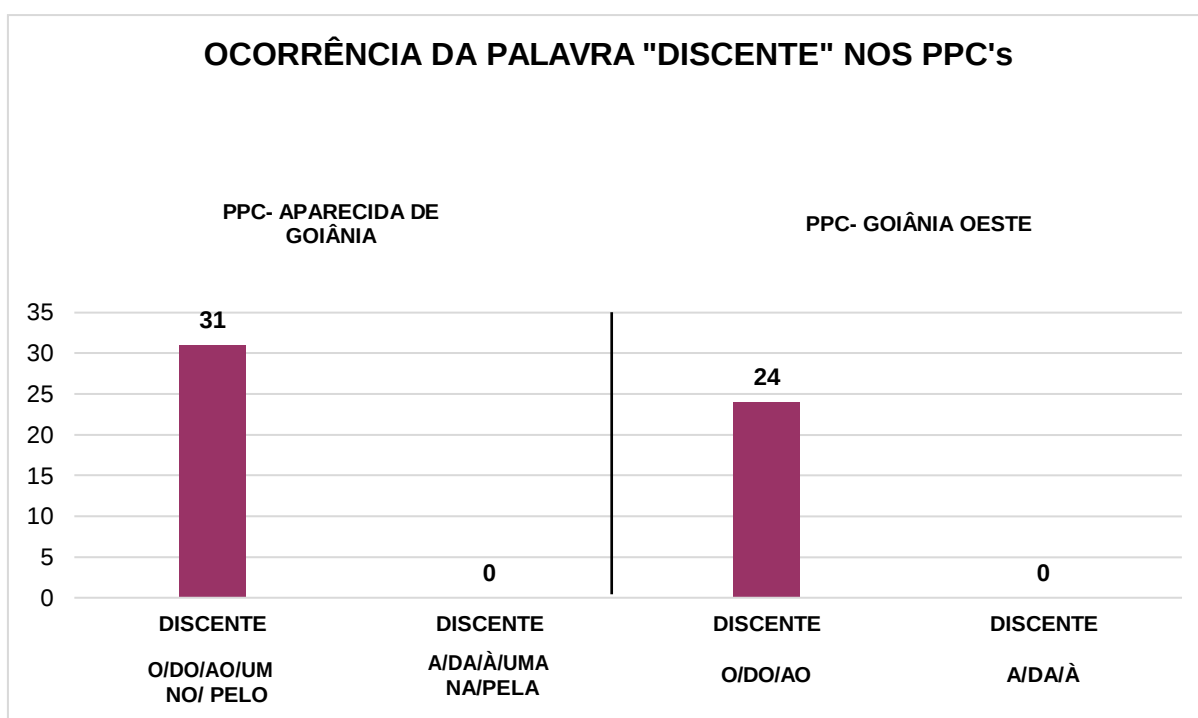
Fonte: PPCs dos cursos analisados. Organização da autora.

Gráfico 8: Ocorrência da palavra “estudante” nos PPC’s



Fonte: PPCs dos cursos analisados. Organização da autora.

Gráfico 9: Ocorrência da palavra “discente” nos PPC’s



Fonte: PPCs dos cursos analisados. Organização da autora.

Os gráficos 6, 7, 8 e 9, apresentados acima, mais uma vez, escancaram a contradição do uso da linguagem, no masculino, com o público-alvo dos cursos de pedagogia, majoritariamente feminino. Por exemplo, no gráfico 6, campus Goiânia

Oeste, verifica-se a ocorrência das palavras “aluno” e “aluna”, também em seu plural. Porém, os termos femininos “aluna” ou “alunas” não aparece nenhuma vez durante toda a escrita do projeto.

É contraditório e, ao mesmo tempo, é uma realidade triste, perceber que nos dois projetos de curso de Pedagogia destinados também às mulheres, sendo este o público maior, aqui já salientado, se não o único, em alguns casos, temos somente a formação de mulheres em diversas turmas deste curso, e mesmo assim não vemos uma linguagem inclusiva.

O que não é justo com as alunas que ali, no campus Aparecida de Goiânia ou Goiânia Oeste, se formaram ou se formarão, pois, o projeto só dialoga textualmente com homens, quando só se utiliza os termos aluno/alunos. Para não dizer que as mulheres foram totalmente apagadas pela linguagem, no projeto pedagógico de curso do campus Goiânia Oeste, aparece “alunos/as”, o formato que é inclusivo, mas que foi utilizado apenas três vezes, durante todo o texto que se totaliza em 204 páginas.

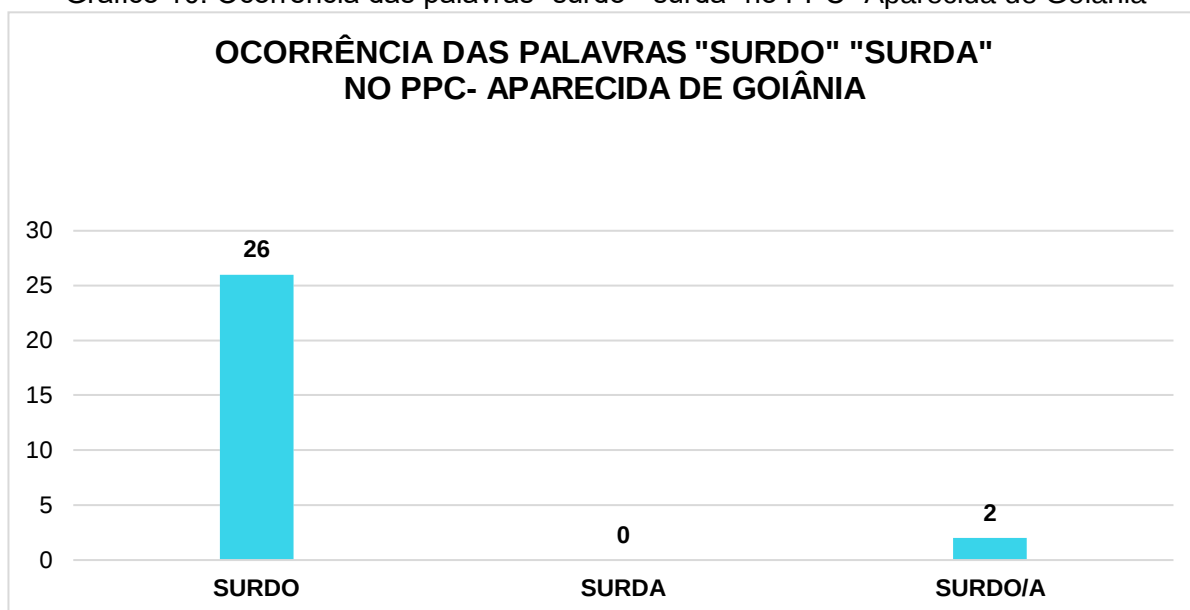
Da mesma forma, nos gráficos 7, 8 e 9, com as palavras educando, estudante e discente, percebe-se a utilização dessas palavras, praticamente, todas voltadas para o masculino quando só identificamos os artigos definidos e indefinidos, apenas no masculino.

Nos PPCs, as referidas palavras: aluno, educando, estudante e discente possuem um significado em comum, o ser que busca conhecimento, que recebe instrução. Logo, quando não utilizamos a linguagem inclusiva, para se referir também a mulheres, estamos dizendo que quem busca conhecimento é apenas o homem. E por muito tempo foi assim, o direito de obter o conhecimento era apenas do homem.

Mas, hoje, as mulheres têm seu espaço cada vez maior na sociedade, como na busca do conhecimento, graças a toda a luta histórica, aqui já mencionada. No entanto, elas ainda estão esquecidas pela linguagem. Linguagem, que é um forte instrumento de poder na sociedade e que precisa reconhecer a mulher nela, assim como reconhece o homem.

O curso de Pedagogia bilíngue do campus Aparecida de Goiânia, objetiva formar o/a professor/a bilíngue em português/libras, que atenda ouvintes e surdas (os). Como a proposta do curso é bilíngue, o público alvo deste curso inclui pessoas ouvintes e também as surdas. Dessa maneira, buscamos a ocorrência das palavras surdo/surda no PPC deste curso para a análise inclusiva da linguagem. Abaixo, apresentamos o gráfico 10:

Gráfico 10: Ocorrência das palavras “surdo” “surda” no PPC- Aparecida de Goiânia



Fonte: PPCs dos cursos analisados. Organização da autora.

Ao analisar o gráfico 10, percebemos a ocorrência da palavra surdo em relevância. O público do curso de Pedagogia Bilíngue não se difere dos demais cursos de Pedagogia do Brasil, seja ele ouvinte ou surdo, é predominantemente feminino.

Discutimos, durante este trabalho, as dificuldades enfrentadas pelas mulheres e de que forma elas vêm sendo desvalorizadas e invisibilizadas. Podemos dizer que a luta da mulher surda é ainda maior, enquanto surda e enquanto mulher, duas realidades que enfrentam dificuldades em sua condição social.

No curso de Pedagogia Bilíngue do campus Aparecida de Goiânia, o surdo e a surda são reconhecidas (os), enquanto seres de direito ao ingresso e permanência no curso, as pessoas surdas são estimuladas a buscar a sua graduação, com ensino de qualidade, porém, quando analisamos o gráfico 10, percebemos que a estudante surda não é representada pela linguagem no PPC do seu curso. A linguagem empregada produz visões de mundo, percepções, limita ou amplia, nesse caso, a repetição de “aluno ouvinte” e de “aluno surdo” remete a ideia de que o curso é composto somente por homens ouvintes e homens surdos.

É preciso compreender que por meio da escrita, com a linguagem inclusiva as surdas podem ser representadas ou simplesmente invisibilizadas, não por serem surdas, mas por serem mulheres.

Desse modo, é extremamente importante que o público surdo feminino compreenda as particularidades da língua portuguesa e seu caráter social e cultural

na sociedade, para que compreenda também, a existência e os reflexos negativos da desigualdade de gênero por meio da linguagem.

No entanto, a aquisição da leitura e da escrita do português é uma das maiores dificuldades deste público. Devido ao ensino oferecido pelas escolas, ser um ensino precário, que não utiliza de métodos de ensino-aprendizagem adequados, e que não atende em sua totalidade, as crianças e jovens surdas e surdos de maneira satisfatória.

As(os) surdas(os) brasileiras (os) utilizam a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como sua primeira língua (L1) e a língua portuguesa como a segunda (L2). Cada língua possui sua bagagem social e cultural e isso não pode ser desconsiderado no processo da aquisição da nova linguagem. Quadros diz:

[...] A ideia não é simplesmente uma transferência de conhecimento da primeira língua para a segunda língua, mas sim um processo paralelo de aquisição e aprendizagem em que cada língua apresenta seus papéis e valores sociais representados. (QUADROS; SCHMIEDT, 2006, p.24).

A língua portuguesa possui suas regras bem definidas que envolve o gênero. Por exemplo, o emprego dos artigos, definidos e indefinidos, que acompanham os substantivos definindo o seu gênero (masculino e feminino) e seu número (plural e singular).

Assim, os artigos definidos não só vão especificar os substantivos com gênero e número, como vão determinar de forma precisa, os substantivos, individualizando os seres e objetos. É com a variação do gênero linguístico das palavras que representamos o feminino e o masculino, e mais do que isso, pela linguagem representamos papéis, individualidades, valores sociais, o ser homem e ser mulher na sociedade.

Seria muito importante que os alunos e as alunas surdas do curso de Pedagogia Bilíngue aprendessem a lutar pela linguagem inclusiva de gênero no processo de aprendizado da própria língua portuguesa, tanto para que reconheçam suas lutas como surda e como mulheres para estudar e se formar quanto para atuarem com as crianças na perspectiva inclusiva de gênero. O mesmo defendemos para as ouvintes do curso, que precisariam reconhecer a sua história como professoras, lutar pela visibilidade das mulheres e não educarem as crianças de maneira excludente.

Essa é uma necessidade urgente, já que a desigualdade de gênero refletida pela linguagem nos PPCs analisados, acontece desde muito cedo nas instituições de

ensino. A escola desempenha um papel socioeducativo na vida dos indivíduos, além da formação intelectual, há a formação social.

Conforme a autora Moreno (2003), podemos dizer que é na escola que também se aprende o apagamento das mulheres, o modelo patriarcal e segregacionista pode ser refletido e reproduzido por meio dos/as profissionais que atuam na educação. Com isso, a escola há muito tempo vem reforçando os comportamentos e papéis que são esperados do que é ser menina ou menino na sociedade.

Assim, diante de tudo que foi analisado, reforçamos que na linguagem, quando sugerimos que o uso de palavras no masculino é uma forma universal ou que carrega uma neutralidade para se referir tanto aos homens bem como as mulheres, estamos produzindo um modo de invisibilizar às mulheres.

Os PPCs vão se posicionando como documentos que reforçam essa invisibilidade. Como o curso forma não apenas para os conteúdos, mas também reflete visões de mundo, as alunas e alunos da Pedagogia podem reproduzir depois de formadas e formados a ocultação da mulher na linguagem.

É muito comum ver o professor ou a professora em uma sala de aula escolar cheia de crianças, metade menina e metade menino, falar apenas “alunos”. Isso não é natural, é ensinado, em casa, na rua, na mídia, e infelizmente dentro da própria universidade (LINS, MACHADO, ESCOURA, 2016).

Louro (2007) afirma:

A conformidade com as regras de linguagem tradicionais pode impedir que observemos, por exemplo, a ambigüidade da expressão homem — que serve para designar tanto o indivíduo do sexo masculino quanto toda a espécie humana. Aprendemos que, em muitas situações, a palavra supõe todas as pessoas, englobando, portanto, homens e mulheres. (LOURO, 1997, p. 66).

No ambiente escolar, seria muito importante ter pedagogas e pedagogos utilizando a linguagem inclusiva, que não ignora a existência das mulheres. As crianças cresceriam menos machistas, que assim elas reconheceriam o valor do ser feminino desde a infância.

O uso da linguagem inclusiva em todo o contexto escolar, seria um dos fortes mecanismos para tentar diminuir a desigualdade de gênero. Desigualdade essa, que

desvaloriza o corpo feminino, subjuga, invisibiliza e mata, simplesmente por ser mulher.

Essa triste realidade precisa ser mudada e a escola possui um papel extremamente importante para a mudança de diversas desigualdades existentes, a começar pela(o) profissional que atua ensinando, que não deve permitir a existência delas e combatê-las.

Por isso, uma das preocupações do ensino superior para a formação docente, deveria ser em se preocupar a ensinar a(o) futura(o) profissional, apresentando mecanismos e estratégias, de forma que ela ou ele tenha condições de prevenir e combater a desigualdade de gênero, dentre outras desigualdades tais como o: racismo, capacitismo, homofobia.

CAPÍTULO 3 - A PRESENÇA DAS MULHERES COMO AUTORAS E O TEMA DE GÊNERO NAS DISCIPLINAS DOS CURSOS DE PEDAGOGIA

O objetivo desse terceiro capítulo é apresentar a presença das mulheres como autoras nas disciplinas dos currículos dos PPCS analisados, bem como verificar se o tema de gênero aparece, ao lado, também de outros temas importantes como: feminização do magistério, direitos humanos, diversidade, entre outros.

É importante dizer que para fazermos essa leitura, precisamos entender o que é a desigualdade de gênero, como ela aparece no currículo, na produção de conhecimento nas universidades.

O termo “desigualdade de gênero” serve para se referir às desigualdades praticadas na sociedade a partir das diferenças percebidas entre homens e mulheres, na qual se criam relações de poder e privilégios a partir dessas diferenças. Na escola, percebemos essa distinção por meio das diversas formas de organização, hierarquização e classificação que ocorre por separar os sujeitos, como a separação de meninos e meninas (LOURO, 1997).

Na universidade essa desigualdade também vai aparecer, pois as mulheres apesar de serem numericamente muitas no meio acadêmico, inclusive no campo da educação, elas não são destacadas como autoras, como produtoras de conhecimento.

A educação por meio dos/das profissionais docentes, dos métodos de avaliação, materiais pedagógicos e currículos, acaba produzindo e garantindo as diferenças e desigualdades entre os sujeitos (LOURO, 1997).

Currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagem, materiais didáticos, processos de avaliação são, seguramente, loci das diferenças de gênero, sexualidade, etnia, classe — são constituídos por essas distinções e, ao mesmo tempo, seus produtores (...) (LOURO, 1997, p. 64).

O currículo, segundo Tomaz Tadeu da Silva (2007) como um instrumento que regula as formas e os objetivos da educação contribui para a construção das identidades dos sujeitos. O currículo diz quem a instituição quer formar. Dessa maneira, ele deveria valorizar e respeitar o contexto social e as individualidades dos alunos e alunas. Quando o currículo regula, por meio da educação, as pessoas sempre para uma mesma ótica, isso pode acabar resultando dentro da escola, em

desigualdades. Já que as pessoas possuem suas diferenças como de classe, etnia, gênero e sexualidade.

Já no Ensino Superior, o currículo consegue determinar aquilo que é importante e o que não é, para formar as pessoas para o exercício de uma profissão.

É por meio do estudo e a análise das teorias do currículo que poderemos compreender os objetivos e pretensões de um determinado grupo social e os seus reflexos na sociedade (SILVA, 2007).

O papel das teorias do currículo é dizer qual conhecimento deve ser selecionado para ser estudado, as teorias mostram que visão de mundo está sendo defendida. Muitas vezes, o conhecimento é selecionado de uma forma que invisibiliza e inferioriza as mulheres, por exemplo, quando não traz exemplos positivos das mulheres, quando não traz as mulheres protagonistas de grandes feitos, quando tudo é dito no masculino, quando as mulheres não são consideradas como autoras, como fontes confiáveis (SILVA, 2007).

Nos anos 20, nascem nos Estados Unidos, em um contexto do processo de industrialização, os estudos mais organizados sobre o currículo. As Teorias Tradicionais do Currículo, conhecidas como “Teorias Técnicas” defendem uma educação de estilo industrial (SILVA, 2007).

Em 1918, Bobbitt publica o livro “The Curriculum” e marca o início dos estudos dessa corrente tradicional e vai influenciar outros países, como também o Brasil. Ele propôs uma educação padronizada, um currículo ligado às ocupações profissionais. A Teoria Tradicional defende o currículo que se preocupa em desenvolver as somente habilidades para as diversas ocupações, utilizando-se de métodos repetitivos, técnicos e padronizados. Uma educação mais técnica e que exigia eficiência e qualidade dos alunos e alunas (SILVA, 2007).

Nos anos 60 e 70, os Estados Unidos passava por um momento de várias resistências sociais e políticas como, a luta pelos direitos das mulheres, o movimento pelos direitos civis dos negros, os protestos contra a guerra, dentre outras. Nesse momento, a educação então passa a ser questionada, a população pobre enxerga que a escola não está contribuindo para a melhoria de suas vidas (SILVA, 2007).

Nesse contexto, a Teoria Crítica do Currículo nasce e faz uma abordagem teórica que vai negar o padrão estabelecido pelo modelo tradicional. Ela vai trazer então questões de classe social, capitalismo, ideologia e poder. Michael W. Apple publica seu livro “Ideologia e Currículo” em 1979. Desse modo, Apple, vai criticar toda

essa ideologia dominante que estava também no ambiente escolar, além da força que currículo oculto atuava nas escolas (SILVA, 2007). Segundo Silva (2007), no Brasil vários autores e autoras vão pensar o currículo nessa linha, questionando a desigualdade social reforçada pela escola.

Paulo Freire é um autor crítico, um dos mais importantes do nosso país, ele vai defender uma educação em que o professor ou a professora não sejam considerados os únicos com conhecimento, mas que os alunos e alunas devem fazer parte dessa construção do saber, porque eles têm o conhecimento prévio. Para ele, “Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (FREIRE, 1996, p. 21).

Os temas das mulheres, o feminismo, gênero vão entrar para pensar o currículo, mas apenas a partir dos anos 1990. Silva (2007) explica que a Teoria Pós-crítica do Currículo nasce nos anos 90 e se torna mais forte nos anos 2000. O currículo vai levar em consideração os ideais multiculturais, elevando os estudos para além das classes sociais, preocupando-se com as questões das diferenças pensando nas identidades, gênero, questões étnico- raciais, religião e sexualidade (SILVA, 2007).

O autor também fala de uma pedagogia feminista que questiona o currículo, podemos pensar com ela o lugar das mulheres, nas representações, linguagem e nas autorias:

Inicialmente, a teorização crítica sobre a educação e o currículo concentrou-se na análise da dinâmica de classe no processo de reprodução cultural da desigualdade e das relações hierárquicas na sociedade capitalista. A crescente visibilidade do movimento e da teorização feminista, entretanto, forçou as perspectivas críticas em educação a concederem importância crescente ao papel do gênero na produção da desigualdade (SILVA, 2007, p. 91)

Dessa forma, a partir de todas essas discussões de currículo, nos preocupamos com presença feminina nos currículos da Educação, principalmente da Pedagogia, uma área historicamente feminizada. Nos interessamos em saber se as mulheres além de educadoras e alunas estavam presentes nos currículos como fontes de conhecimento, como teóricas, autoras dos livros, artigos lidos e estudados nos cursos.

Além disso, descobriremos se as alunas e alunos dos dois cursos de pedagogia do IFG (Câmpus Aparecida de Goiânia e Goiânia Oeste) tinham no curso, um espaço para a discussão de gênero, que atravessa a própria história do curso, por meio das disciplinas.

Objetivamos então analisar os currículos dos PPCs e apresentar neste capítulo os resultados.

Abaixo apresentamos a tabela que consta as disciplinas obrigatórias na ementa do PPC- Goiânia Oeste. De acordo com a bibliografia básica de cada disciplina, filtramos a quantidade de autores e autoras:

Tabela 1: Comparativo da quantidade de autoras e autores presentes na matriz curricular do curso de Pedagogia

PPC- GOIÂNIA OESTE (DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS)	Bibliografia Básica	
	Quantidade de autores	Quantidade de autoras
Filosofia da Educação I	2	1
História da Educação I	2	1
Língua Portuguesa – Análise e produção de texto acadêmico	3	1
Arte e Educação	1	2
Educação Social	2	1
Metodologia do trabalho científico - I	1	3
P.E.E.I: Educação e Sociedade	4	0
Filosofia da Educação II	3	0
História da Educação II	0	3
Didática I	3	0

Fundamentos e Metodologias do Ensino de Língua Portuguesa	2	2
Antropologia e Educação	2	1
Metodologia do trabalho científico – II	1	2
P.E.E.I.: Educação e Cultura	3	0
Sociologia da Educação I	4	0
Psicologia da Educação - I	2	3
Didática II	0	4
Fundamentos e Metodologias do Ensino de Matemática	2	2
Trabalho, movimentos Sociais e Educação	1	2
Tópicos de educação e diversidade	3	1
P.E.E.I.: Educação e Trabalho	4	0
Sociologia da Educação II	3	0
Psicologia da Educação - II	2	1
Cultura, currículo e avaliação	2	1
Fundamentos e Metodologias do Ensino de Ciências	3	2
Sujeito e Educação	3	0
Relações Étnico-Raciais e Cultura Afro-Brasileira e Indígena	4	0
P.E.E.I.: Educação e Desenvolvimento Humano	0	3

Políticas da Educação	4	1
Estágio Curricular Supervisionado - Educação Infantil	1	1
Fundamentos e Metodologia do Ensino de Geografia	2	1
Fundamentos e Metodologia do Ensino de História	1	2
Cidadania e Educação	1	3
P.E.E.I.: Educação e Política/PCC	2	1
Educação de Jovens e Adultos	2	1
Estágio Curricular Supervisionado – nos anos iniciais do Ensino Fundamental	1	1
Fundamentos da Educação especial e inclusão	0	2
Fundamentos e metodologias do ensino de Artes	1	2
Processos educativos nas ações coletivas	1	3
P.E.E.I.: Educação e Escola	1	5
Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	1	4
Gestão Escolar e organização do trabalho educativo	3	0
Estágio Curricular Supervisionado - Educação de Jovens e Adultos e educação não-formal	2	1
Trabalho de Conclusão de Curso I	1	2

Ciência, Tecnologia e Sociedade	5	1
P.E.E.I.: Educação e Pesquisa	1	3
Educação, mídias e tecnologias digitais	2	2
Estágio Curricular Supervisionado - Gestão da Escola e Prática Pedagógica	3	2
Trabalho de Conclusão de Curso II	1	2
Corpo, Trabalho e Educação	2	1
P.E.E.I.: Educação e Gestão	2	1
QUANTITATIVO	102	78

Fonte: PPCs dos cursos analisados. Organização da autora.

A partir da tabela quantitativa apresentada acima, abaixo apresentamos o gráfico 11 com os resultados obtidos:

Gráfico 11: Resultados obtidos PPC- Goiânia Oeste.



Fonte: PPCs dos cursos analisados. Organização da autora.

O resultado do gráfico acima, mostra a presença das autoras em 43% e dos autores em 57%. Mesmo sem uma grande disparidade entre autores e autoras (diferença de 14%), podemos considerar este resultado ainda negativo, tendo em vista o curso de pedagogia sendo predominantemente composto por mulheres, no currículo, a presença dos homens como autores se faz maior. Os homens são mais lidos em diversas áreas do conhecimento, inclusive na pedagogia que é considerado um curso feminino.

A questão é refletir sobre: essas mulheres são a maioria em sala de aula como alunas, porque elas não estão em maioria também no currículo, como autoras? Para responder essa pergunta, é preciso relembrar a história da ciência, pois a ciência desde o seu início, é masculina. Assim como o gênero, a ciência não é neutra, é sim fruto de uma construção social e histórica. E que permeia o androcentrismo, a ideia do homem branco, heterossexual, ocidental, de classe dominante, como sujeito do conhecimento.

De modo que, esse contexto ainda é refletido nas diversas áreas do conhecimento, havendo uma presença maior dos homens. Por muito tempo, a capacidade intelectual da mulher foi questionada pela ciência, com isso as mulheres tiveram que lutar para conseguir o seu espaço também no campo do conhecimento.

Hoje, percebemos um crescimento do número de mulheres na ciência e nas diversas áreas do conhecimento. Porém, muitas vezes o espaço que é dado as mulheres ainda é ditado pelo machismo e por suas regras. Por exemplo, quando se tem a ideia, no senso comum, de um curso ou área “inapropriada” as mulheres e que é culturalmente direcionada aos homens, como a engenharia, considerado um curso para homens.

Desde a escola até a universidade, o que vemos é a presença majoritária de autores, de forma geral, a mulher quase não aparece nesse meio, principalmente, em determinadas áreas do conhecimento que são marcadas como “área masculina”, e nessa realidade a mulher fica ainda mais invisibilizada. Mesmo a pedagogia sendo considerado um curso feminino, em seu currículo em maior parte, quem compõe a produção do conhecimento do curso, ainda são os homens.

Dessa maneira, é importante pensar que as futuras pedagogas estejam representadas também no meio acadêmico, por meio da presença das autoras. De

modo que as alunas poderão se imaginar também naquele lugar, como mulheres capazes de produzir conhecimento.

A mulher vem ganhando o seu espaço de direito na produção de conhecimento. Isso é importante para que a ciência deixe de ser “masculina” e passe a ser um espaço do homem e da mulher, com maior igualdade de gênero.

Espaço esse, em que a mulher seja respeitada e que seu conhecimento produzido não seja visto como “não confiável” ou menos relevante que o do homem, apenas por ter sido produzido por uma mulher.

Tivemos como objetivo também, analisar, a partir do PPC- Goiânia Oeste, se é contemplado na ementa alguma disciplina que tenha como temática o gênero ou se aparece a palavra gênero e de que forma aparece, no PPC mencionado.

Dessa maneira, o PPC apresenta a Resolução CNE/CP, nº 1/2006, das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Graduação em Pedagogia, que institui e estabelece sobre o perfil do/a egresso/a que se torna apto/a para atuar na sua área e suas competências. Portanto, estando apto/a para “demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;” (PPC-Goiânia Oeste, 2017, p.20)

Então, o projeto pedagógico do curso traz a Resolução das Diretrizes Curriculares Nacionais que diz que o/a profissional deve estar apto para demonstrar consciência da diversidade, respeitando diferenças, inclusive a de gênero. Porém, na ementa do curso, não existe nenhuma disciplina obrigatória ou optativa que tenha como temática central o gênero. Pontuamos que haver espaço no currículo do curso de pedagogia uma disciplina que contemplasse o estudo de gênero traria ganhos significativos, até mesmo para compreender a própria história do curso.

Dessa forma, seria interessante se o PPC contemplasse alguma disciplina específica de gênero, para que essa/e profissional que está em formação, entrasse em contato com as questões de gênero, que afetam diretamente a vida e o pleno desenvolvimento de meninas e meninos.

No próprio PPC, é abordado o desafio que o/a Pedagogo/a tem em se ter um comprometimento com valores éticos e democráticos, que seja pautado na atenção aos valores e direitos humanos e a cidadania na diversidade. Para o Instituto, é um

desafio que vai além das universidades e da formação individual desses/as futuros/as profissionais:

É um desafio das sociedades em nível mundial, uma vez que a exclusão de pessoas e/ou grupos populacionais marcados por determinada diferença (cor, etnia, cultura, classe social, condição intelectual ou física, gênero orientação sexual, entre outras) predominou e predomina na história da humanidade (p.61).

Nesse sentido, acredito que se na formação dos/as futuros/as profissionais fosse dado um enfoque maior às discussões das diversidades e houvesse o estudo mais direcionado e bem trabalhado como acontece nas disciplinas obrigatórias, provavelmente o resultado na sociedade em relação a essas diferenças, seria ainda mais alinhado nesta perspectiva inclusiva e com menos desigualdades.

Por isso, é tão importante que haja, além de uma atenção maior as diversidades, um espaço maior aos assuntos das diferenças, das desigualdades, que seja contemplado no currículo de qualquer curso de licenciatura, uma disciplina obrigatória para essas discussões, por exemplo. E, na Pedagogia, se tratando do/a profissional que vai trabalhar com a formação integral do ser, desde a infância, deveria ser mais ampliado o estudo na graduação, sobre essa perspectiva das diversidades, inclusive a temática de gênero que remete a própria história do curso.

No PPC, em algumas disciplinas, o estudo de gênero aparece na bibliografia complementar. Por exemplo, na disciplina de Antropologia e Educação aparece o livro “Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista” da autora Guacira Lopes Louro. Refletimos que se o livro estivesse na bibliografia básica da disciplina seria ainda mais interessante, sabendo da relevância que esse estudo tem não só para essa disciplina, bem como para o curso de pedagogia.

A disciplina de Prática de ensino/Estudos Integradores - Educação e Cultura, faz o estudo das concepções de cultura, cotidiano e educação; a escola como ambiente etnográfico; as relações de gênero e identidades socioculturais no espaço escolar e não escolar; além de abordar as categorias: raça/etnia, idade, classe e sexualidade na prática educativa. Disciplina esta, bastante relevante para o curso, porém um texto específico sobre gênero consta apenas na bibliografia complementar, com os estudos do autor Apple e da autora Louro.

Outra disciplina que pode abordar o tema de gênero é a disciplina de Trabalho, movimentos Sociais e Educação. Já que na ementa apresenta a abordagem da cidadania e a luta pelos direitos sociais, Políticas públicas e direito social. Também

traz o estudo sobre os movimentos sociais e seu papel na construção de políticas públicas e as formas de organização das ações coletivas na contemporaneidade. Nesse contexto, poderia ser discutido o feminismo, por exemplo, o movimento social das mulheres e a busca pelos seus direitos, trazendo uma discussão maior como a de gênero.

Então, no currículo do curso de pedagogia do campus Goiânia Oeste, há um espaço, ainda que insuficiente, para a discussão de gênero. Mas, seria muito interessante se essa temática fosse abordada de forma mais aprofundada, com uma disciplina específica e que as outras disciplinas que apresentaram o estudo na bibliografia complementar, tragam essa discussão também para a bibliografia básica, que realmente seja discutido o tema de gênero nas disciplinas possíveis com a devida importância que se tem para o curso de pedagogia.

No PPC – Aparecida de Goiânia, temos também o quantitativo de autores e autoras das disciplinas obrigatórias:

Tabela 2: Comparativo da quantidade de autoras e autores presentes na matriz curricular do curso de Pedagogia Bilíngue: Libras/ Português

PPC- APARECIDA DE GOIÂNIA (DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS)	Bibliografia Básica	
	Quantidade de autores	Quantidade de autoras
Sociologia da Educação I	3	0
História da Educação	1	2
Psicologia da Educação I	3	2
Língua Portuguesa – Análise e Produção do Texto Acadêmico	1	5
Libras I	2	4

Segunda Língua: Libras/Português I	3	3
Estudos Surdos	2	1
P.E.E.I.: Estudos Culturais na Educação de Surdos	3	1
Filosofia da educação I	3	0
Sociologia da Educação II	3	0
Fundamentos e Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa como L1 e L2	2	1
Psicologia da Educação II	3	0
Metodologia do Trabalho Científico	3	0
Libras II	1	5
Segunda Língua: Libras/Português II	3	3
P.E.E.I.: Aquisição e Aprendizagem de Primeira e Segunda Língua.	2	1
Didática I	1	2
Fundamentos e Metodologia do Ensino da Arte: Dança	0	2
Filosofia da Educação II	3	0
Fundamentos e Metodologias do Ensino de Matemática.	0	3
Libras III	4	2
Segunda Língua: Libras/Português III	5	0

Educação Bilíngue I	1	3
Educação, Mídias e Tecnologias Digitais	1	4
P.E.E.I.: Educação Bilíngue e Artefatos Culturais.	1	1
Políticas da Educação	0	4
Didática II	2	2
Fundamentos e Metodologia do Ensino da Arte: Artes Visuais	1	3
Fundamentos e Metodologia do Ensino de Geografia	0	4
Fundamentos e Metodologia do Ensino de Ciências	3	3
Libras IV	1	5
Segunda Língua: Libras/Português IV	3	3
P.E.E.I.: Educação, Meio Ambiente e Sociedade.	1	2
Didática na Educação de Surdos	3	0
Literatura e Formação do Leitor	1	2
Estágio Curricular Supervisionado – Educação Infantil	1	3
Fundamentos e Metodologias da Educação Infantil	1	2

Fundamentos e Metodologia do Ensino de História	1	1
Fundamentos e Metodologia do Ensino de Arte: Música	0	3
Educação Bilingue II	0	4
Libras V	2	4
P.E.E.I.: Infância e Produção Cultural	2	3
Educação de Jovens e Adultos	2	1
História da Educação de Surdos	1	2
Fundamentos e Metodologia do Ensino da Arte: Teatro	3	0
Estágio Curricular Supervisionado – Educação de Jovens e Adultos e Educação não Formal	2	0
Fundamentos e Metodologia da Educação Especial e Inclusão	1	9
Libras VI	1	5
Educação e Pesquisa	1	3
P.E.E.I.: Educação e Diversidade – Relações Étnico-Raciais, História e Cultura Afro-	4	0
Alfabetização e Letramento	1	2
Currículo e Avaliação	3	1
Estágio Curricular Supervisionado – Anos Iniciais do Ensino Fundamental	1	3

Trabalho de Conclusão de Curso – Elaboração de Pré-projeto	1	3
Material Didático I - Linguagens	1	4
Libras VII	1	5
P.E.E.I.: Processos de Alfabetização e Letramento em Contextos Monolíngues e	1	4
Gestão e Organização do Trabalho Pedagógico	5	2
Estágio Curricular Supervisionado – Gestão da Escola e Prática Pedagógica	1	4
Trabalho de Conclusão de Curso II	1	2
Material Didático II – Ciências e Matemática	0	4
Libras VII	1	5
P.E.E.I.: Organização e Gestão da Escola	3	2
QUANTITATIVO	111	154

Fonte: PPCs dos cursos analisados. Organização da autora.

Com os dados obtidos a partir do PPC, podemos analisar o resultado pelo gráfico 12:

Gráfico 12: Resultados obtidos PPC – Aparecida de Goiânia.



Fonte: PPCs dos cursos analisados. Organização da autora.

As autoras estão em 58% nas ementas das disciplinas obrigatórias do curso de pedagogia do campus Aparecida de Goiânia. Esse resultado é algo muito positivo para o curso e mostra que a mulher vem ganhando seu espaço na universidade, não só como alunas, bem como geradoras do conhecimento, sendo de extrema importância essa representação feminina para o curso de pedagogia, que tem a maior presença de mulheres.

Dessa forma, no currículo da ementa do curso de pedagogia bilíngue, as mulheres estão sendo lembradas, não por serem mulheres, mas por serem autoras capazes de realizar estudos diversos com qualidade. Isso revela e assegura a capacidade intelectual da mulher em fazer ciência, que há um tempo atrás já foi questionada pela própria ciência.

Além de uma maior presença das mulheres nas ementas como autoras, no curso de pedagogia bilíngue, há também um espaço para o estudo de específico de gênero, a disciplina optativa “Educação e Gênero”. Consideramos que seja muito importante que haja esse espaço para a discussão mais aprofundada do tema na educação, todavia, trata-se de uma disciplina optativa, não são todas e todos os alunos do curso que conseguem cursá-la, tampouco ela tem a possibilidade de ser ofertada sempre como alternativa para quem tenha interesse. Nas demais disciplinas,

as obrigatórias do curso, não encontramos o debate de gênero na educação incluso nas leituras obrigatórias e complementares.

Nas ementas do dois PPCs vemos a presença das mulheres como autoras de diversos assuntos, o que é algo significativo para o acesso de diferentes perspectivas diante do conhecimento, não somente a masculina, além de sinalizar que há uma mudança no contexto de representatividade e reconhecimento da mulher. Realidade essa que só começou a ser mudada com as insistências das mulheres em buscarem seu espaço, com o movimento das mulheres, e do feminismo.

Contudo, não podemos nos esquecer que apesar da presença feminina no campo científico estar em crescimento, podemos dizer que as mulheres não avançam na carreira com a mesma proporção dos homens, elas não perpassam as categorias mais altas de pesquisa (FARIA, 2018).

Dessa forma, uma das justificativas usadas para explicar tal contexto, é o discurso da meritocracia e dizer que a falta de representatividade das mulheres na ciência se deve ao fato do homem ter merecido “mais”, devido a sua capacidade e estudo, apagando as desigualdades estruturais, toda a carga de trabalho doméstico e cuidados com as famílias, e a voz das mulheres sobre as suas dificuldades (FARIA, 2018).

Além do mais, o avanço de muitas mulheres ainda é invisibilizado por terem seus trabalhos atribuídos aos homens, como Hildete Pereira de Melo aponta em entrevista com Monnerat, “As mulheres sempre estiveram nos laboratórios, mas estavam invisíveis. Mesmo quando são melhores, elas tendem a ser eclipsadas pela figura masculina”. E acrescenta “Marie Curie teve que dividir o Prêmio Nobel [em 1903] com outros dois homens. Ela só ganhou o Nobel sozinha depois que o marido, Pierre Curie, morreu. A sociedade tende a só ver o masculino no mundo científico”, (MONNERAT, 2017, s/p).

A realidade social da mulher percorre por diversos desafios que influenciam diretamente em sua carreira. O que não impede a presença feminina na ciência, mas que cria uma desigualdade pelo gênero.

Por um lado, muitas mulheres enfrentam o desafio de conciliar a carreira acadêmica com a maternidade, com a responsabilidade de manutenção do lar, o que consiste em muitos abandonos da carreira ou a estagnação dela, e que dificulta na ascensão profissional delas. Izabella Barcellos Faria pontua que:

Pela ciência ser medida por produtividade, se equiparando ao mercado privado no quesito competitividade, a maternidade passa a ser um obstáculo a mais para ser transpassado para que a mulher consiga se afirmar como pesquisadora prestigiada. Dessa maneira, a produtividade impacta diretamente nos cargos de cientistas e, quando a mesma cai, naturalmente, quando a mulher tem filhos/as, há o rebaixamento de cargos ou o corte e dificuldade de recebimento de bolsas para fazer pesquisa. Talvez a ciência esteja dizendo às mulheres algo que as mesmas escutam da sociedade caso não tenham filhos, já que ela não é mais produtiva, ela não mais lhe serve (FARIA, 2018, p. 08).

Por outro, tem a questão do enfrentamento das mulheres com a violência de gênero como aponta Izabella Barcellos Faria (2018):

A violência sofrida pelas mulheres é algo que assombra e marca durante toda a vida e pode ser vista como um dos motivos pelos quais a participação das mulheres diminui desde a graduação até a chegarem ao papel de docentes e pesquisadoras (p. 7).

Além das questões mencionadas, temos também os investimentos menores em bolsas para mulheres. Em 2017, foram destinados aos homens R\$ 110,7 milhões, do total de auxílios, cerca de 32%. Já para as mulheres foram destinados quase a metade do valor, R\$ 57,6 milhões, correspondente a 18% da verba concedida pelo CNPq a bolsistas mulheres.

Com isso, ver que no curso de pedagogia bilíngue do campus Aparecida de Goiânia, há uma presença maior das mulheres também no currículo, é muito importante para que essa representação feminina ganhe ainda mais força, não só na área da pedagogia que é feminizada, mas também em outras diversas áreas do conhecimento que foram masculinizadas ao longo da História.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste estudo possibilitou analisar e compreender, na perspectiva de gênero, a formação da pedagoga e do pedagogo a partir da análise do currículo de dois cursos de licenciatura em pedagogia, campus Goiânia Oeste e Aparecida de Goiânia. Tendo em vista, a preocupação com o machismo que afeta a vida de tantas mulheres e também a dos homens, por ser fruto de uma desigualdade na sociedade, a desigualdade de gênero e que pode e deve ser discutida no âmbito da educação.

Afirmo que, realizar esta pesquisa contribuiu muito para minha vida acadêmica e pessoal, como mulher e como aluna, me possibilitou ver além do que a sociedade mostra, como um choque de realidade. Como quanto as mulheres conquistaram seu espaço, mas que ainda sim, podem ser desvalorizadas em suas carreiras, ser invisibilizadas de diversas formas, e que isso, muitas vezes, é considerado natural em nossa sociedade, por ser machista. E que infelizmente, as consequências dessa desigualdade de gênero, não afetam as mulheres apenas nos aspectos do campo financeiro, científico ou profissional, mas também em sua vida pessoal, em que muitas têm suas vidas perdidas por conta do feminicídio, da violência de gênero.

Com isso, ressaltamos a relevância deste estudo, que possibilitou refletir sobre a importância da formação dos futuros (as) pedagogos (as), pensando na prática docente como uma forma do/a professor/a realizar uma educação que seja inclusiva, que combata a desigualdade de gênero e o machismo no ambiente escolar e acadêmico. De modo que, os resultados obtidos neste trabalho, podem auxiliar em uma possível mudança futura nesses currículos, já que a desigualdade de gênero se reflete também no currículo, e por meio da linguagem.

Dessa maneira, realizamos uma análise qualitativa e quantitativa da linguagem, avaliamos se no Projeto Pedagógico de Curso (PPC) dos dois cursos analisados, há uma linguagem inclusiva, que considera a presença das mulheres ou não. Nos PPCs, filtramos 19 (dezenove) palavras-chave do contexto da Educação no masculino e no feminino para realizar essa análise da linguagem na perspectiva de gênero.

O resultado da análise a partir dos projetos do curso de pedagogia, mostra que a linguagem utilizada é androcêntrica, é voltada para o masculino. Por exemplo, filtramos a ocorrência das palavras “professor” e “professora” para saber a quantidade de vezes em que apareciam. No PPC do campus Aparecida de Goiânia, a palavra

professor apareceu 33 (trinta e três) vezes enquanto que professora não apareceu nenhuma vez, e a forma inclusiva professor/a entre outros apareceu uma única vez.

No PPC do campus Goiânia Oeste, a palavra professor apareceu 39 (trinta e nove) vezes e professora apenas 3 (três) vezes, a forma inclusiva professor/a entre outros teve a ocorrência de 8 vezes no documento. Esse resultado revela o uso de uma linguagem centrada no homem como centro do mundo, em que o masculino é utilizado como o sujeito humano “universal”, é nesse contexto em que as mulheres parecem não existir ou serem meras coadjuvantes na educação pela própria linguagem. Sendo uma grande contradição, levando em conta, uma maior presença das mulheres como público do curso de pedagogia.

Dessa maneira, vemos o processo de apagamento e invisibilidade feminina no campo em que elas fizeram história. É a linguagem apagando a mulher de diversos fatos, acontecimentos, lugares, sentidos e significados. Um exemplo disso, é a data comemorativa “o dia do professor” que não é refletido nessa frase o feminino, mesmo o número de professoras no Brasil sendo maior que o de professores. E mesmo que nossa língua portuguesa tenha palavras femininas e masculinas, justamente para identificar pessoas e considerar os homens e as mulheres na linguagem, existe uma hierarquização nessa língua, em que o masculino representa o tudo e o feminino o particular, a exceção.

Pensando também na representação das mulheres, como autoras, analisamos os currículos dos dois PPCs e verificamos que há uma presença significativa delas, ainda que menor, no campo científico. No resultado do campus Aparecida de Goiânia, a presença feminina no currículo do curso é um pouco maior que a masculina, o que foi uma surpresa muito positiva, levando em conta todo o histórico de dominação masculina na produção do conhecimento, inclusive na Educação. .

Este foi o resultado no campus Goiânia Oeste: a presença masculina é maior que a feminina no currículo, ou seja, os homens são mais lidos nas ementas.

De modo que, mesmo o número de mulheres no curso de pedagogia sendo o mais significativo em sala de aula, como alunas, ainda sim, no campo científico, como autoras, elas são a minoria. Com isso, devemos lembrar que a participação das mulheres na sociedade sempre foi colocada em segundo plano, voltada apenas para o trabalho doméstico, para o trabalho com o cuidado, limpeza e alimentação de outras pessoas dentre e/ou fora do lar, sendo mais desconsideradas nas tomadas de

decisões, na participação política e social e também na produção do conhecimento científico.

Também, levando em consideração a formação acadêmica do público dos cursos de pedagogia aqui analisados, verificamos se há um espaço no currículo para a discussão da temática de gênero ou temas afins. No PPC de Goiânia Oeste, não há uma disciplina própria para a discussão de gênero, o que se tem é uma presença pequena na bibliografia complementar de algumas disciplinas. Já no PPC de Aparecida de Goiânia, é contemplada uma disciplina chamada Educação e Gênero, muito importante para as discussões de gênero, mas que é uma disciplina optativa, ou seja, muitas/os alunas/os podem não chegar a estudá-la. Então, o ideal mesmo seria que houvesse uma disciplina obrigatória no currículo do curso de Pedagogia, para que todas/os que passarem pelo curso tenham a oportunidade de estudar a temática de gênero.

Nessa perspectiva, este estudo pode nos levar a refletir e a realizar questionamentos sobre a formação da pedagoga e do pedagogo. Sobre importância de as alunas aprenderem a educar e ensinar de forma antimachista, sem perpetuar nas escolas a desigualdade, serem representadas pela presença das mulheres no currículo do curso, por exemplo, para saberem que são capazes de se ver nesses lugares. E que o conhecimento produzido pela mulher não seja desacreditado ou tido como inferior, pelo simples fato de ter sido feito por uma mulher, que as alunas e alunos dos cursos não leiam somente os homens clássicos da área e vejam que mulheres hoje podem discutir e produzir conhecimento sobre a escola, a educação, aprendizagem, diversidade entre outros. Também é necessário que a linguagem, mostre e afirme a real presença das mulheres em todos os aspectos, para que haja uma sociedade com menos desigualdade de gênero.

Esse contexto, pode e deve ser discutido no campo da educação, e na pedagogia deveria ser ainda mais relevante, ainda mais considerado. De forma que, se a/o profissional docente tiver uma formação acadêmica preocupada com essa questão da desigualdade de gênero, que remete a própria história do curso, a sua prática docente será diferenciada, e contribuirá para combater a desigualdade de gênero na escola e no ambiente acadêmico, conseqüentemente também se refletirá de forma positiva na sociedade.

Dito isso, sabemos que este estudo não responde a todos os questionamentos a respeito da desigualdade de gênero na área da educação, mas reforça a

necessidade de novos estudos, novas pesquisas que avaliem a formação acadêmica das/os futuras/os profissionais da educação, para que assim, tenha-se a oportunidade de caminhar para uma sociedade mais igualitária na perspectiva de gênero, o que consequentemente contribuirá para o enfrentamento também de outras desigualdades.

REFERÊNCIAS

ARTIGO 19. **Dados sobre o feminicídio no Brasil**. 2018. Disponível em: <<https://artigo19.org/wp-content/blogs.dir/24/files/2018/03/Dados-Sobre-Femicidio-no-Brasil-.pdf>> Acesso em: 29 mai 2019.

BRASIL. **Lei 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm>. Acesso em: 05 jun 2019.

Decreto de Lei 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a lei 10.436/02 e dispõe sobre o art 8º da lei 10.098/00. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em 05 jun 2019.

FARIA, I. B. **A trajetória das mulheres na ciência: as consequências e os desafios de produzir conhecimento em um mundo historicamente masculino**. Juiz de Fora, 2018. Disponível em: <<https://www.ufjf.br/bach/files/2016/10/IZABELLA-BARCELLOS-FARIA.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2020.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LINS, B; MACHADO, B; ESCOURA, M. **Diferentes, não desiguais: a questão de gênero na escola**. São Paulo: Editora Reviravolta, 2016.

Lei 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em 05 jun 2019.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONNERAT, Alessandra. **“Teto de vidro” na ciência: apenas 25% na categoria mais alta do CNPq são mulheres**. **Gênero e Número**, 2017. Disponível em:

<<http://www.generonumero.media/2mulheres-representam-metade-da-producao-cientifica-no-brasil-mas-sao- apenas-25-em-categoria-mais-alta-do-cnpq/>>. Acesso em: 14 set. 2020.

MORENO, M. **Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola**. São Paulo: Moderna, 2003.

NAÇÕES UNIDAS. **CEPAL**: 2,7 mil mulheres foram vítimas de feminicídio na América Latina e Caribe em 2017, 2018. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/cepal-27-mil-mulheres-foram-vitimas-de-feminicidio-na-america-latina-e-caribe-em-2017/>> Acesso em: 29 mai. 2019.

NAÇÕES UNIDAS. **ONU**: Taxa de feminicídios no Brasil é quinta maior do mundo; diretrizes nacionais buscam solução, 2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/onu-feminicidio-brasil-quinto-maior-mundo-diretrizes-nacionais-buscam-solucao/>> Acesso em: 29 mai 2019.

PPC – Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia Bilíngue do IFG Câmpus Aparecida de Goiânia, 2018. Disponível em: <<http://cursos.ifg.edu.br/info/lic/lic-pedagogia-bilingue/CP-APA>>. Acesso em: 20 mai 2019.

PPC – Projeto Pedagógico de Licenciatura em Pedagogia do IFG Câmpus Goiânia Oeste, 2017. Disponível em: <<http://cursos.ifg.edu.br/info/lic/lic-pedagogia/CP-OES>>. Acesso em: 20 mai 2019.

QUADROS, R. M; SCHMIEDT, M. L. P. **Ideias para ensinar português para alunos surdos**. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n; 2, p. 71- 99, 1995.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.



**INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**
Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
GOIÁS

Documento Digitalizado Público

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC Versão Final

Assunto: Trabalho de Conclusão de Curso - TCC Versão Final

Assinado por: Matheus Souza

Tipo do Documento: Documentos

Situação: Finalizado

Nível de Acesso: Público

Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

- **Matheus Pereira de Souza, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO**, em 10/08/2022 18:52:25.

Este documento foi armazenado no SUAP em 10/08/2022. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifg.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 318009

Código de Autenticação: 69fd7710a2

